Diagnóstico Social de Lousada

2024-2028

município de
lousada

Ficha Técnica

Título

Diagnóstico Social de Lousada

Ano

2024

Período de Vigência

4 anos

Município

Lousada

Comunidade Intermunicipal

Tâmega e Sousa

Edição

Município de Lousada

Autoria e Organização

Conselho Local de Ação Social – Rede Social Lousada
Radar Social

Data da Publicação

novembro de 2024

Índice

Índice de Figuras	5
Índice de Gráficos.....	6
Índice de Tabelas.....	7
Siglas e Acrónimos.....	10
Capítulo I - Enquadramento do Concelho	14
1.1. Enquadramento do Concelho	15
Capítulo II - Concelho em Números	17
2.1. Dinâmica Demográfica	18
2.1.1. Densidade populacional.....	18
2.1.2. População residente total e por sexo	19
2.1.3. População residente total e por grupos etários.....	20
2.1.4. Saldos populacionais: natural e migratório	20
2.1.5. Nados-vivos por - Local de residência da mãe	21
2.1.6. Nados-vivos de mães residentes em Portugal: fora do casamento por coabitação dos pais	22
2.1.7. Taxa bruta da natalidade	22
2.1.8. Taxa de fecundidade	22
2.1.9. Taxa bruta de mortalidade.....	23
2.1.10. Índice de Envelhecimento.....	24
2.1.11. Índice de Longevidade	24
2.1.12. Índice de Dependência Total.....	25
2.2. Dinâmica Socioeconómica	26
2.2.1. Taxa de Atividade	27
2.2.2. Número de Indivíduos em idade ativa	28
2.2.3. Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas.....	30
2.2.4. Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas	30
2.2.5. Pessoal ao serviço nas empresas situação na profissão	31
2.2.6. Número de empresas e dimensão	32
2.2.7. População empregadas Nível de Escolaridade.....	32
2.2.8. População empregada Setor de Atividade Económica	34
2.2.9. Taxa de desemprego Sexo.....	35
2.2.10. Taxa de desemprego Grupo Etário.....	36
2.2.11. Taxa de Desemprego Nível de Escolaridade	36

2.2.12.	Ganho Mensal Localização Geográfica.....	37
Capítulo III – Problemáticas Sociais.....		38
3.1.	Área de Risco.....	39
3.1.1.	Crianças e jovens em situação de privação.....	39
3.1.2.	Crianças e jovens em perigo	42
3.1.3.	Violência Doméstica.....	47
3.1.4.	Emergência Social	57
3.2.	Área da Vulnerabilidade Social	61
3.2.1.	Seniores.....	61
3.2.2.	Pessoas Idosas.....	63
3.2.3.	Pessoas com Deficiência	66
3.2.4.	Migrantes	68
3.3.	Área da Pobreza e Exclusão Social	71
3.3.1.	Comportamento Aditivo e Dependências.....	72
3.3.2.	Saúde Mental	75
3.3.3.	Disfuncionalidade e desestruturação individual e familiar.....	81
3.3.4.	Sem Abrigo.....	84
3.4.	Área da Exclusão Estrutural	86
3.4.1.	Desemprego	86
3.4.2.	Habitação	88
Capítulo IV - Mapeamento SIG das Problemas Sociais		94
4.1.	Dinâmica Demográfica	95
4.1.1.	Densidade Populacional de Lousada.....	97
4.1.2.	Taxa de Natalidade.....	98
4.1.3.	Índice de Envelhecimento Longevidade.....	100
4.2.	Dinâmica Socioeconómica	103
4.2.1.	Ganho mensal	104
4.2.2.	População Empregada por Sector de Atividade	105
4.2.3.	Trabalhadores Conta Própria Conta de Outrem	107
Capítulo V - Síntese das Ações por Problemática		108
Capítulo VI - Bibliografia.....		119

Índice de Figuras

Figura 1: Densidade populacional	15
Figura 2: Densidade Populacional Lousada, Paços de Ferreira, Felgueiras.....	15
Figura 3: Mapeamento.....	96
Figura 6: Densidade populacional por freguesias	97
Figura 4: Densidade populacional por freguesias	97
Figura 5: Densidade populacional por freguesias	97
Figura 7: Densidade populacional por freguesias	97
Figura 8: Taxa de Natalidade.....	99
Figura 9: Índice de envelhecimento	101
Figura 10: Índice de longevidade	102
Figura 12: Caracterização do Tecido Económico e sua dimensão	103
Figura 11: Caracterização do Tecido Económico e sua dimensão	103
Figura 14: Caracterização do Tecido Económico e sua dimensão	104
Figura 13: Caracterização do Tecido Económico e sua dimensão	104
Figura 15: Ganho mensal.....	105
Figura 17: População Empregada por Sector de Atividade.....	106
Figura 16: População Empregada por Sector de Atividade.....	106
Figura 18: População Empregada por Sector de Atividade.....	106
Figura 19: Trabalhadores por conta própria, por trabalhadores por conta de outrem.....	107
Figura 20: Trabalhadores por conta própria, por trabalhadores por conta de outrem.....	107
Figura 21: Objetivos do desenvolvimento sustentável	109

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Densidade populacional (n ^o /km ²) por local de residência 2021	18
Gráfico 2: N ^o de população empregada por local de residência, sexo, setor de atividade económica e situação profissional	34
Gráfico 3: Taxa de desemprego segundo o nível de escolaridade.....	37
Gráfico 4: Evolução Processual da CPCJ de Lousada.....	43
Gráfico 5: Evolução do n ^o de crimes de violência doméstica, Portugal 2014 e 2023	49
Gráfico 6: N ^o de vítimas acompanhadas pelo Serviço de Apoio à Vítima de Violência Doméstica	51
Gráfico 7: N ^o de Novos processos e Atendimento por Município (CIM Tâmega e Sousa)	52
Gráfico 8: Habilitações escolares das vítimas	53
Gráfico 9: N ^o de processos, acompanhamentos e atendimentos da RAP	55
Gráfico 10: Coeficiente de Gini do Rendimento Bruto Declarado por Agregado Fiscal, 2020 e 2022.....	58
Gráfico 11: Índice de longevidade.....	65
Gráfico 12: N ^o idosos com processamento CSI.....	65
Gráfico 13: Health at a Glance 2018	76
Gráfico 14: Perturbação de saúde mental em 2019	77
Gráfico 15: Prevalência da depressão em função do rendimento.....	77
Gráfico 16: Taxa de suicídio em Portugal.....	79
Gráfico 17: Número de utentes inscritos no ACES e número de utentes com prescrição de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, por grupo etário e sexo, no ACES em 2021	79
Gráfico 18: Percentagem de Famílias Monoparentais no Concelho de Lousada	84
Gráfico 19: Habitação Social por tipologias 2024	90
Gráfico 20: Tipologias de Habitação	91
Gráfico 21: Estratégia local de habitações	93

Índice de Tabelas

Tabela 1: População residente em 2021	19
Tabela 2: População residente total e por grupos etários	20
Tabela 3: Saldo Migratório por Local de Residência	21
Tabela 4: Nados-vivos por local de residência da mãe e sexo	21
Tabela 5: Nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais.....	22
Tabela 6: Taxa Bruta de natalidade por local de residência	22
Tabela 7: Taxa de fecundidade geral.....	23
Tabela 8: Taxa bruta de mortalidade Fonte: INE, 2024	23
Tabela 9: Índice de envelhecimento	24
Tabela 10: Índice de longevidade.....	25
Tabela 11: Índice de dependência	26
Tabela 12: Taxa de atividade da população	27
Tabela 13: Nº de Indivíduos em idade ativa em 2021	29
Tabela 14: Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas	30
Tabela 15: Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas	31
Tabela 16: Pessoal ao serviço nas empresas situação na profissão.....	31
Tabela 17: Nº de empresas e a sua dimensão	32
Tabela 18: População empregada Nível de Escolaridade, 2021.....	33
Tabela 19: Taxa de desemprego por local de residência e sexo	35
Tabela 20: Taxa de desemprego segundo grupo etário.....	36
Tabela 21: Ganho médio mensal por localização geográfica.....	37
Tabela 22: Grupo etário dos 0-14 anos no concelho de Lousada	40
Tabela 23: Nº de crianças em situação de pobreza extrema no Concelho.....	40
Tabela 24: Nº de crianças apoiadas pelo SAAS – Ação Social Escolar.....	41
Tabela 25: Número de bolsas de estudo atribuídas pelo Município de Lousada	42
Tabela 26: Distribuição das crianças e jovens acompanhados por sexo e idade entre 2016 e 2019.....	43
Tabela 27: Distribuição das crianças e jovens acompanhados por sexo e idade entre 2020 e 2023.....	44
Tabela 28: Tipologias de Perigo Comunicadas à CPCJ de Lousada entre 2017 a 2023	45
Tabela 29: Caracterização da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	47

Tabela 30: Distribuição geográfica das ocorrências.....	49
Tabela 31: Composição da Equipa Técnica Flor-de-Lis	51
Tabela 32: Origem da sinalização das vítimas de violência doméstica	52
Tabela 33: Situação profissional 2024.....	53
Tabela 34: Nº de Vítimas por sexo e faixa etária	54
Tabela 35: Nº de Vítimas segundo estado civil	54
Tabela 36: Caracterização de atendimentos por género, 2022 a 2024	55
Tabela 37: Caracterização de atendimentos por nível de escolaridade, 2022 e 2024	55
Tabela 38: Caracterização de atendimentos por faixa etária, 2022 a 2024.....	56
Tabela 39: Nº de crimes de violência doméstica no concelho de Lousada	56
Tabela 40: Nº de vítimas por faixa etária	56
Tabela 41: Caracterização do projeto Flor-de-Lis	57
Tabela 42: Ganho médio mensal de trabalhadores por localização geográfica	57
Tabela 43: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e por nível de escolaridade	58
Tabela 44: Nº de famílias que recebem RSI e o nº de agregados que são acompanhados pelo SAAS	59
Tabela 45: Medidas de Apoio Alimentar.....	60
Tabela 46: Pensionistas ativos em 31 de dezembro, no concelho de Lousada	60
Tabela 47: Valor médio das pensões da segurança social	61
Tabela 48: Percentagem de homens e mulheres com mais de 65 anos.....	62
Tabela 49: Nº de idosos isolados.....	64
Tabela 50: Resposta social: Centro de Atividades, Capacitação e Inclusão (CACI)	67
Tabela 51: Resposta social: Lar Residencial	67
Tabela 52: Tipo de Bonificação	67
Tabela 53: Nº de Beneficiários da Pensão Social de Inclusão	68
Tabela 54: Nº de beneficiários de Prestação Social de Inclusão.....	68
Tabela 55: População estrangeira a residir em Lousada.....	69
Tabela 56: Caracterização do Gabinete de Apoio ao Emigrante.....	70
Tabela 57: Nº de atendimentos do Gabinete de Apoio ao Emigrante.....	70
Tabela 58: Perfil das pessoas em acompanhamento nas estruturas da DICAD com residência em Lousada por Sexo	73
Tabela 59: Perfil das pessoas em acompanhamento nas estruturas da DICAD com residência em Lousada por Escalão Etário	73

Tabela 60: Utentes residentes no Concelho de Lousada e habilitações literárias.....	73
Tabela 61: Utentes residentes no Concelho de Lousada e situação profissional	74
Tabela 62: Utentes residentes no Concelho de Lousada e substância Principal	74
Tabela 63: Taxa de mortalidade por suicídio e outras lesões autoinfligidas, no ACES, por sexo e prematura (<75anos), em 2010, 2015 e 2020.....	80
Tabela 64: Cobertura (%) de utentes inscritos, com médico de família e enfermeiro de família atribuídos	80
Tabela 65: Proporção de utilização [%] das UF e SU e média de consultas por utente [x], da população inscrita no ACES e na ARS Norte.....	80
Tabela 66: Constituição da Equipa Multidisciplinar	81
Tabela 67: Agregados das Famílias Clássicas em 2021	82
Tabela 68: Agregados Monoparentais	83
Tabela 69: Nº de sem abrigo em 2021	85
Tabela 70: Desempregados por faixa etária	86
Tabela 71: Desempregados por género	87
Tabela 72: Tempo de Inscrição e Situação face ao Emprego.....	87
Tabela 73: Motivo de Inscrição no IEFP	87
Tabela 74: Nível de Escolaridade dos Desempregados.....	88
Tabela 75: Alojamentos familiares clássicos, Lousada, 2011 – 2022.....	89
Tabela 76: Fogos novos de habitação familiar, por tipologia – 2011 a 2023.....	89
Tabela 77: Valor mediano de avaliação bancário, por m2- Tâmega e Sousa e Lousada	89
Tabela 78: Caraterização dos agregados familiares por sexo; nº elementos por habitação	90
Tabela 79: Nº de elementos no agregado familiar por tipologia em 2024.....	90
Tabela 80: Sexo dos Elementos no agregado familiar em 2024	91
Tabela 81: Habitação por Faixa Etária.....	91

Siglas e Acrónimos

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde

ACIP - Ave Cooperativa Intervenção Psico-Social, C.R.L,

ALDAF - Associação Lousadense dos Deficientes

AMP - Área Metropolitana do Porto

ARS - Administração Regional de Saúde

ATL - Atividades de Tempos Livres

CAA - Centros de Apoio Aprendizagem

CACI - Centro de Atividades de Capacitação para a Inclusão

CACI - Centro de Atividades, Capacitação e Inclusão

CACIL - Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CAVI - Centro de Apoio à Vida Independente

CEB - Ciclos do Ensino Básico

CHTS - Centro Hospitalar Tâmega e Sousa

CIIAD - Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente

CIM - Comunidade Intermunicipal

CJACP - Criança/Jovem Assume Comportamentos de Perigo

CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI - Centros de Recursos para a Inclusão

CSI - Complemento Solidário para Idosos

DICAD - Divisão de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências

ECSM - Equipa Comunitária de Saúde Mental

ELH - Estratégia Local de Habitação

ERPI - Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

GIP - Gabinete Inserção Profissional

GNR - Guarda Nacional Republicana

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

IHME - Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde

IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

NEET - *Not in Employment, Education or Training*

NLGPI - Núcleo Local Garantia para a Infância

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OPP - Ordem dos Psicólogos Portugueses

PLA - Problemas Ligados Álcool

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

PSI - Prestação Social de Inclusão

PSP - Polícia de Segurança Pública

RAP - Resposta de Apoio Psicológico

RIIAV - Rede Intermunicipal e Integrada de Apoio à Vítima

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAAS - Serviço de Atendimento e Ação Social

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lousada

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SU - Serviço de Urgência

UF - Unidades Familiares

USALOU - Universidade Sénior do Autodidata de Lousada

Nota de Abertura

Nota Introdutória

A atualização do Diagnóstico Social de Lousada corresponde à primeira componente de um novo ciclo de operacionalização do Programa Rede Social de Lousada cuja sequência lógica se materializará no Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2023-2027 e respetivo Plano de Ação.

O presente Diagnóstico Social de Lousada foi elaborado a partir de duas preocupações fundamentais:

- (i) recolher novos dados e interpretar dados existentes sobre a realidade social do Concelho de forma analítica com vista a identificar, por esta via objetiva, áreas de intervenção prioritárias a incorporar e desenvolver no PDS;
- (ii) e assegurar que o tipo de informação recolhido e analisado - enquanto elementos de evidência – cumpra os requisitos necessários para integrar um processo futuro de monitorização e avaliação da estratégia implementada e sirva, ao mesmo tempo, para fundamentar candidaturas a Programas de Financiamento nas áreas e domínios identificados como prioritários.

Atendendo às preocupações e aos objetivos enunciados, o documento encontra-se estruturado em cinco capítulos:

- 1. Enquadramento do Concelho**
- 2. Concelho em números**
- 3. Problemáticas Sociais**
- 4. Mapeamento SIG das problemáticas sociais**
- 5. Síntese das ações por problemática**

Percurso Metodológico

A Rede Social intervém enquanto instrumento de planeamento, mas fundamentalmente, como um elemento estruturante da intervenção social local.

Das suas características mais importantes salienta-se:

- Flexibilidade na concretização dos seus objetivos através do envolvimento de todos os parceiros sociais locais de forma concertada;
- Metodologia utilizada que consiste num planeamento integrado, sistemático e participado da intervenção do conjunto dos agentes sociais;
- Organização em parceria.

Assim, como já foi referido anteriormente, este programa propõe uma metodologia de planeamento participado assente na análise conjunta dos problemas.

O conteúdo do diagnóstico social resulta dos contributos recolhidos, em sessões de *focus group*, junto dos diversos *stakeholders* locais e ainda da recolha de um leque alargado de indicadores a nível local recolhidos junto dos parceiros do CLAS, bem como de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2024). Como tal, a abordagem metodológica utilizada foi participativa, valorizando a experiência dos que estão diariamente mais próximos dos problemas e das instituições locais.

Com a implementação deste processo pretende-se que a rede social do município passe a ter um diagnóstico da realidade social, resultado da reflexão e participação dos *stakeholders*, entidades da rede social e outros.

Depois deste conhecimento abrangente sobre a realidade social local, a rede social de Lousada estará em condições de passar para outro nível de planeamento através da construção do Plano de Desenvolvimento Social. Este instrumento de planeamento retratará a mudança social desejada e mostrará o caminho a percorrer para alcançar essa mudança.

Capítulo I - Enquadramento do Concelho

1.1. Enquadramento do Concelho

O Concelho de Lousada situado no distrito do Porto, região Norte e sub-região do Tâmega, pertence à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que é composta pelos Municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. Esta Comunidade é uma das sete entidades intermunicipais em que se encontram organizados os Municípios da Região Norte de Portugal, no quadro da Lei n.º 75/2013.

O território do Tâmega e Sousa tem uma área aproximada de 1 831 km², que corresponde a 8,6% do total da Região Norte. Em termos da tradicional organização administrativa portuguesa,

Figura 1: Densidade populacional

os Concelhos do Tâmega e Sousa repartem-se por quatro distritos: Aveiro, Braga, Porto e Viseu.

Um elemento distintivo da população do Tâmega e Sousa, no contexto regional e nacional, é a sua juventude. De acordo com os dados dos censos em 2021, a população de jovens entre os 0 e os 14 anos ronda os 12,8%, ligeiramente acima da Região Norte (12,3%) e igual à média nacional. Em contrapartida, os residentes com 65 ou mais anos correspondiam a 19,1%, um valor inferior quando comparado à Região Norte (22,6%) e no país (23,4%). Por sua vez, o grupo etário entre os 15 e 64 anos de idade representa cerca de 68,2%, sendo um valor superior à região Norte e ao país.

No que concerne aos municípios, verificamos que em Lousada o grupo com maior representatividade são os jovens, contrariamente a Cinfães e Resende, nos quais se verifica que o grupo etário dos 65 ou mais anos de idade possui maior peso.

O Concelho possui 47376 habitantes, que se distribuem, após a reforma administrativa territorial de 2013, em 15 freguesias, sendo elas Aveleda, Caíde de Rei, Lodares, Macieira, Meinedo, Nevogilde, Sousela, Torno, Vilar do Torno e Alentém, União de Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), União de Freguesias de Cristelos,

Figura 2: Densidade Populacional Lousada, Paços de Ferreira, Felgueiras

Boim e Ordem, União de Freguesias de Figueiras e Covas, União de Freguesias de Lustosa e Barrosas, União de Freguesias de Nespereira e Casais e, por fim, a União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.

A base económica do Concelho é industrial, com destaque para a indústria têxtil, com 19% do volume de negócios do município, do mobiliário, o setor agroindustrial e fileira florestal. Além do setor florestal, a agricultura também é relevante no município, com destaque para a produção de vinho e milho (Ninvest, 2024) e Website da CM Lousada (Lousada, 2024).

Relativamente às acessibilidades o concelho de Lousada, encontra-se bem localizado a “meio do caminho” do eixo entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e o eixo Guimarães-Braga. Apesar da atividade industrial contribuir para a fixação de emprego neste subsistema territorial, apresenta de forma paralela uma forte dependência dos serviços e emprego localizados sobretudo na AMP.

Capítulo II - Concelho em Números

2.1. Dinâmica Demográfica

Neste capítulo abordam-se dados estatísticos referentes ao Concelho de Lousada tendo em consideração uma análise comparativa à dimensão nacional, regional e sub-regional. Foi ainda possível proceder ao levantamento de dados estatísticos junto de entidades que integram a Rede Social e que permitiram enriquecer as áreas abordadas no diagnóstico social.

2.1.1. Densidade populacional

Por densidade populacional entende-se pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado), (INE , 2021).

Gráfico 1: Densidade populacional (nº/km²) por local de residência 2021

Fonte de dados: INE, 2021

O gráfico 1 apresenta a densidade populacional do Concelho de Lousada, que nos permite constatar que a freguesia de Macieira apresenta maior densidade (829,3km²), em contrapartida aferimos que é a freguesia de Sousela que apresenta menor densidade populacional (266,9km²).

De realçar que em todo o Concelho de Lousada se verifica um valor superior à média nacional (113km²), regional (169,6km²) e sub-regional(223,12km²) de densidade populacional.

2.1.2. População residente total e por sexo

A população residente traduz-se num conjunto de pessoas que independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano (INE , 2021).

Tabela 1: População residente em 2021

População residente em 2021			
	HM	H	M
Lousada	47 364	22 890	24 474
Aveleda	2 127	1 037	1 090
Caíde de Rei	2 423	1 173	1 250
Lodares	2 063	1 002	1 061
Macieira	1 285	607	678
Meinedo	3 800	1 814	1 986
Nevogilde	2 451	1 207	1 244
Sousela	1 789	874	915
Torno	2 451	1 170	1 281
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	2 140	989	1 151
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	7 552	3 700	3 852
União das freguesias de Figueiras e Covas	2 145	1 049	1 096
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	5 815	2 861	2 954
União das freguesias de Nespereira e Casais	3 434	1 682	1 752
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	6 594	3 116	3 478
Vilar do Torno e Alentém	1 295	609	686

Fonte: INE, 2021

De acordo com tabela 1, verificamos que no Concelho de Lousada residem 47 364 habitantes, sendo que residem 24 474 mulheres e 22 890 homens (INE , 2021). Podemos ainda constatar que é na união de freguesias de Cristelos, Boim e Ordem onde se verifica o maior número de habitantes (7 552). Por outro lado, a freguesia com menor número de residentes é Macieira com 1 285.

2.1.3. População residente total e por grupos etários

Na tabela 2 é apresentado o valor total da população residente no Concelho de Lousada, estando dividida por grupos etários (0-14anos), (15-24 anos), (25-64 anos) e (65 e mais anos).

Analisados os dados apresentados é perceptível que a faixa etária **mais representativa** do concelho é dos **25 aos 64 anos**, contando com 27 397 indivíduos.

Tabela 2: População residente total e por grupos etários

População residente total e por grupos etários										
	Total		0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 ou mais anos	
Ano	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Tâmega e Sousa	432 915	408 637	74 151	52 119	57 599	49 696	240 167	228 898	60 998	77 924
Lousada	47 387	47 376	8 815	6 601	6 577	6 081	26 764	27 397	5 231	7 285

Fonte: INE, 2021

2.1.4. Saldos populacionais: natural e migratório

Os saldos populacionais permitem-nos observar as diferenças entre determinados fenómenos demográficos.

Este valor resulta da combinação do saldo migratório (diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram) e o saldo natural (diferença entre o número de nados-vivos e o número total de óbitos).

No ano 2013, Lousada apresentava um saldo natural positivo que refletia o número de nascimentos superior ao número de mortes, realidade que não se verifica em 2023, cujo saldo é negativo, (-18) conforme tabela 3.

Relativamente ao saldo migratório é possível aferir que ao nível da nacional, regional e sub-regional no ano 2013 o saldo é negativo, mas em contrapartida no ano 2023 verifica-se um saldo positivo. Salienta-se, portanto, que no decorrer dos anos, denota-se um crescimento da população que sai do concelho, por contraposição.

Tabela 3: Saldo Migratório por Local de Residência

Saldo migratório (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual			
Ano	Local de residência	Saldo migratório (N.º)	Saldo natural (N.º)
2023	Portugal	155 701	-32 596
	Norte	44 600	-11 033
	Tâmega e Sousa	1 904	-981
	Lousada	396	-18
2013	Portugal	-36 029	-23 768
	Norte	-15 772	-6 311
	Tâmega e Sousa	-3 432	-440
	Lousada	-239	17

Fonte: INE, 2024

2.1.5. Nados-vivos por - Local de residência da mãe

Este indicador remete-nos para o número de crianças que nasceram segundo o local de residência da progenitora à data do nascimento.

Tabela 4: Nados-vivos por local de residência da mãe e sexo

Local de Residência da mãe	Nados-vivos (Nº) por Local da residência da mãe e sexo		
	2022		
	Sexo		
	H/M	H	M
Portugal	83671	42925	40746
Norte	26375	13558	12817
Tâmega e Sousa	2959	1521	1438
Lousada	407	196	211

Fonte: INE, 2024

Na tabela 4 podemos constatar que no ano 2022, nasceram 407 crianças no Concelho de Lousada, com maior prevalência no sexo feminino, tendo existido 211 nascimentos. Quando comparado com a região do Tâmega e Sousa, Norte do país e Portugal, verificou-se o inverso, tendo sido o sexo masculino com maior incidência de nascimentos.

2.1.6. Nados-vivos de mães residentes em Portugal: fora do casamento por coabitação dos pais

Do total de nados-vivos do Concelho verificamos um aumento gradual de indivíduos que residem fora do casamento com coabitação dos pais (tabela 5) de 2021 (57,8%) a 2023 (65,7%).

Tabela 5: Nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais

Local de Residência da mãe	Nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais (%)		
	2023	2022	2021
Portugal	72,5	71,9	70,4
Norte	71,5	70,4	69,1
Tâmega e Sousa	67,1	60,5	59,4
Lousada	65,7	60,6	57,8

Fonte: INE, 2024

2.1.7. Taxa bruta da natalidade

Em Lousada, é possível constatar que no ano de 2023 a taxa de natalidade é superior à taxa nacional, à Região Norte e Sub-região Tâmega e Sousa (tabela 6).

Tabela 6: Taxa Bruta de natalidade por local de residência

Local de residência	Taxa bruta de natalidade por local de residência, anual	
	Ano	
	2023	2013
	‰	‰
Portugal	8,1	7,9
Norte	7,2	7,3
Tâmega e Sousa	7,3	7,3
Lousada	8,5	7,1

Fonte: INE, 2024

2.1.8. Taxa de fecundidade

No que concerne à taxa de fecundidade geral (tabela 7), esta avalia o número de nados-vivos observados durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período.

Em Lousada, verificou-se que taxa de fecundidade entre 2021 (30,4%) e 2023 (35,8%) aumentou gradualmente.

Tabela 7: Taxa de fecundidade geral

Local de residência	Taxa de Fecundidade geral		
	Ano		
	2023	2022	2021
	‰	‰	‰
Portugal	38,6	37,8	35,8
Norte	34	34,2	31,9
Tâmega e Sousa	33,2	32,7	29,9
Lousada	35,8	35,4	30,4

Fonte: INE, 2024

2.1.9. Taxa bruta de mortalidade

A taxa de mortalidade corresponde ao número de óbitos numa determinada região, para um determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente à população dessa região calculada para o meio do período considerado.

Perante a tabela 8, verifica-se um aumento da taxa de mortalidade em todas as unidades de referências, onde a maior subida se revela na dimensão concelhia, com uma diferença de 2%, podendo-se atribuir grande parte da causa à Pandemia Mundial Covid-19. Ainda assim, o Concelho apresenta uma taxa de mortalidade menor em comparação com a média Nacional, região Norte e sub-região do Tâmega e Sousa.

Tabela 8: Taxa bruta de mortalidade

Local de residência	Taxa Bruta de mortalidade	
	2023	2013
	%	%
Portugal	11,2	10,2
Norte	10,2	9
Tâmega e Sousa	9,7	8,3
Lousada	8,8	6,8

Fonte: INE, 2024

2.1.10. Índice de Envelhecimento

O índice de Envelhecimento é a relação entre a população idosa e a população jovem.

De acordo com a tabela 9, o Concelho de Lousada, apresenta um índice de envelhecimento inferior a nível Nacional, da região Norte e da sub-região Tâmega e Sousa. Ainda assim, verifica-se um aumento bastante significativo no Concelho na última década, Lousada, passa de 69,3 para 125,1.

Lousada continua a ser o Concelho menos envelhecido de Portugal continental. Como se verifica na tabela 9, Lousada apresenta 125,1 de índice de envelhecimento (2023), inferior ao índice de envelhecimento de Portugal, 188,1.

Tabela 9: Índice de envelhecimento

Local de residência	Índice de envelhecimento	
	2023	2013
	N.º	N.º
Portugal	188,1	136,4
Norte	197,4	125,9
Tâmega e Sousa	169	94,5
Lousada	125,1	69,3

Fonte: INE, 2024

2.1.11. Índice de Longevidade

No ano 2021, Portugal apresentou índice de longevidade de 44,99 anos no sexo masculino e 51,42 anos no sexo feminino. No entanto, no Concelho de Lousada apresentou um índice de longevidade (tabela 10) no sexo masculino de 38,45 e de 43,59 no sexo feminino.

Tabela 10: Índice de longevidade

Índice de longevidade (2021)		
	H	M
Portugal	44,99	51,42
Norte	42,82	49,33
Tâmega e Sousa	40,94	48,36
Lousada	38,45	43,59
Aveleda	33,07	37,41
Caíde de Rei	35,47	48,56
Lodares	40,88	42,17
Macieira	47,78	47,06
Meinedo	38,44	44,03
Nevogilde	41,24	44,97
Sousela	46,22	38,31
Torno	36,93	41,77
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	47,13	43,64
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	31,84	39,2
União das freguesias de Figueiras e Covas	36,43	42,04
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	40,12	41,58
União das freguesias de Nespereira e Casais	36,86	44,37
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	41,65	50,35
Vilar do Torno e Alentém	33,64	43,15

Fonte: INE, 2021

2.1.12. Índice de Dependência Total

O Índice de Dependência Total (tabela 11) é um indicador que mede a relação entre a população dependente e a população em idade ativa.

Tendo em consideração ao período de referência o ano 2023, o Concelho de Lousada apresenta um índice de dependência total de 43,6, valor inferior à média nacional, à região Norte e sub-região do Tâmega e Sousa.

Tabela 11: Índice de dependência

Ano	Local de residência	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
		N.º	N.º	N.º
2023	Portugal	20,3	38,2	58,5
	Norte	18,8	37,1	55,8
	Tâmega e Sousa	18,2	30,7	48,9
	Lousada	19,4	24,2	43,6
2013	Portugal	22,4	30,6	53
	Norte	21,3	26,9	48,2
	Tâmega e Sousa	22,7	21,5	44,2
	Lousada	24	16,6	40,6

Fonte: INE, 2024

2.2. Dinâmica Socioeconómica

As questões relativas ao emprego/desemprego assumem um lugar primordial na definição de estratégias de inserção e coesão social, pois, nas sociedades contemporâneas, o exercício de uma atividade profissional é a via privilegiada de obtenção de recursos necessários à autonomia de vida e, portanto, fator de integração social.

Neste âmbito, tem vindo a assistir-se a um aumento da exposição dos agregados familiares a situações de risco de pobreza e/ou exclusão social, decorrente, em primeira instância, de uma menor participação no mercado de trabalho, resultante do aumento do desemprego e da sua duração. De facto, o acréscimo do desemprego, tanto na sua componente conjuntural como estrutural, conjugado com os baixos níveis de educação e qualificação certificada da população, tem conduzido a uma maior fragilização de vários segmentos da sociedade portuguesa.

Importa referir, que o universo de desempregados ao longo dos tempos tem alterado, à medida que aumenta o número de desempregadas/os e da taxa de desemprego. Assistindo-se ao crescimento substancial dos jovens NEET (*Not in Employment, Education or Training*), do desemprego e desemprego de longa duração, particularmente preocupante nos grupos etários com mais idade e da população com níveis de habilitação mais elevados.

2.2.1. Taxa de Atividade

A taxa de atividade é um índice que mede o nível de emprego do país, da região, do Concelho e da freguesia. Reflete a proporção da população em idade ativa que está empregada ou à procura de emprego.

Como podemos verificar na tabela 12, o número de população ativa no Concelho de Lousada tem vindo a descer ligeiramente, no que diz respeito à população ativa do sexo masculino de 55,72 (2011) para 54,84 (2021). Contrariamente, a população ativa no sexo feminino subiu (47,89%) comparativamente a 2011 (45,81%).

Tabela 12: Taxa de atividade da população

Taxa de atividade da população	2011			2021		
	Total	H	M	Total	H	M
Portugal	47,56	51,59	43,87	46,58	49,5	43,93
Norte	47,59	52,33	43,24	47,09	50,53	43,96
Tâmega e Sousa	46,47	53,6	39,71	47,19	52,65	42,1
Lousada	50,64	55,72	45,81	51,25	54,84	47,89
Aveleda	49,73	55,28	44,53	50,68	55,16	46,42
Caíde de Rei	45,91	52,35	39,78	50,02	55,33	45,04
Lodares	50,05	55,16	45,35	49,49	52,79	46,37
Macieira	47,99	53,79	42,82	50,58	51,73	49,56
Meinedo	47,46	53,2	42,2	47,42	51,49	43,71
Nevogilde	50,52	55,95	45,07	50,51	53,44	47,67
Sousela	50,75	56,62	45,26	50,42	53,66	47,32
Torno	48,43	54,41	42,67	50,92	54,02	48,09
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	48,06	54,14	42,46	50,09	54,8	46,05
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	52,53	56,58	48,62	51,97	55,05	49,01
União das freguesias de Figueiras e Covas	50,9	57,09	44,99	53,33	59,01	47,9
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	54,67	58,28	51,12	53,59	55,75	51,49
União das freguesias de Nespereira e Casais	52,64	57,54	47,84	52,91	56,66	49,32
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	50,82	55,17	46,81	51,88	55,49	48,65
Vilar do Torno e Alentém	48,21	55,83	41,2	48,34	54,68	42,71

Fonte: INE, 2024

2.2.2. Número de Indivíduos em idade ativa

O número de indivíduos em idade ativa por idoso é um indicador que mede a relação entre a população em idade ativa (15-64 anos) e a população idosa (65 ou mais anos).

Na tabela 13 verifica-se que é na faixa etária dos 45 aos 49 anos que existe um maior número de indivíduos em idade ativa (3 407).

A União de Freguesias Cristelos, Boim e Ordem (3 925) é a freguesia do Concelho de Lousada que apresenta maior incidência de pessoas ativas e com menor incidência é a freguesia Vilar do Torno e Alentém (626).

Tabela 13: Nº de Indivíduos em idade ativa em 2021

Local de residência	Total	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 ou mais anos
Portugal	4 817 978	30 786	294 150	457 667	493 279	568 501	664 793	684 742	607 688	537 757	342 892	99 790	21 944	13 989
Continente	4 590 360	29 124	279 652	436 392	469 244	540 082	632 008	652 669	579 625	512 720	328 010	95 888	21 347	13 599
Tâmega e Sousa	192 828	2 311	16 150	20 755	19 985	21 817	24 764	26 639	24 458	21 140	11 685	2 465	405	254
Lousada	24 272	338	2 113	2 752	2 645	2 868	3 211	3 407	2 947	2 458	1 236	232	44	21
Aveleda	1 078	20	104	111	120	134	149	118	128	116	63	11	3	1
Caíde de Rei	1 212	14	97	134	122	136	175	154	126	143	90	15	3	3
Lodares	1 021	11	69	117	112	149	152	141	125	89	43	11	1	1
Macieira	650	8	66	88	57	68	63	101	84	73	39	3	0	0
Meinedo	1 802	25	163	205	148	204	215	255	246	200	116	23	2	0
Nevogilde	1 238	18	125	156	123	133	147	180	159	130	51	11	5	0
Sousela	902	21	101	87	105	94	125	126	115	81	37	8	1	1
Torno	1 248	23	120	131	139	157	156	168	135	132	62	22	2	1
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	1 072	23	97	134	120	116	113	148	149	104	53	10	5	0
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	3 925	54	330	405	429	448	566	595	469	380	194	41	6	8
União das freguesias de Figueiras e Covas	1 144	15	120	126	121	129	143	168	153	108	52	7	2	0
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	3 116	46	287	416	415	335	378	410	361	327	127	11	0	3
União das freguesias de Nespereira e Casais	1 817	19	131	228	186	221	249	242	219	187	110	20	2	3
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	3 421	34	257	344	391	450	488	508	404	332	168	35	10	0
Vilar do Torno e Alentém	626	7	46	70	57	94	92	93	74	56	31	4	2	0

Fonte: INE, 2021

2.2.3. Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas

A tabela 14 apresenta informações sobre a situação profissional dos homens nas várias unidades de referência. É possível verificar, o número de homens ao serviço das empresas e em categorias profissionais. No Concelho de Lousada, a situação profissional mais representativa são os trabalhadores por conta de outrem com 9 464 trabalhadores.

Tabela 14: Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas

Sexo Masculino						
Local de Residência	Situação na Profissão					
	Total	Empregador Patrão com menos 10 empregados	Empregador Patrão com mais 10 empregados	Trabalhador por conta própria ou isolado	Trabalhador por conta de outrem	Outra situação
Portugal	2 256 526	168 550	115 766	227 608	169 8579	46023
Norte	800 790	60 884	39 751	75 063	610 500	14 592
Tâmega e Sousa	97 851	6 966	4 875	7 263	77 157	1 590
Lousada	11 846	838	559	831	9 464	154

Fonte: INE, 2024

2.2.4. Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas

A tabela 15 apresenta a situação profissional das mulheres na dimensão Nacional, Regional, sub-regional e concelhia. De acordo com os dados, Lousada apresenta 8 766 trabalhadores por conta de outrem, em contrapartida, com valores mais baixos o empregador com menos de 10 empregados (390).

Tabela 15: Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas

Sexo Feminino						
Local de Residência	Situação na Profissão					
	Total	Empregador Patrão com menos 10 empregados	Empregador Patrão com mais 10 empregados	Trabalhador por conta própria ou isolado	Trabalhador por conta de outrem	Outra situação
Portugal	2169935	94326	88776	192571	1736423	57839
Norte	745779	31661	28306	65926	599993	19893
Tâmega e Sousa	79174	3097	3079	6363	64316	2319
Lousada	10574	390	451	753	8766	214

Fonte: INE, 2024

2.2.5. Pessoal ao serviço nas empresas | situação na profissão

De acordo com a tabela 16, podemos concluir que Lousada apresenta uma percentagem significativa na situação trabalhadores por conta de outrem, cerca de 18 230 indivíduos. Porém, 1 584 são trabalhadores por conta própria ou isolado, 1 228 empregador com menos de 10 empregados e 1 110 empregador com mais de 10 empregados. Encontram-se ainda 368 indivíduos em outra situação.

Tabela 16: Pessoal ao serviço nas empresas | situação na profissão

Local de Residência	Situação na Profissão Total					
	Total	Empregador Patrão com menos 10 empregados	Empregador Patrão com mais 10 empregados	Trabalhador por conta própria ou isolado	Trabalhador por conta de outrem	Outra situação
Portugal	4 426 461	262 876	204 542	420 179	3 435 002	103 862
Norte	1 546 569	92 545	68 057	140 989	1 210 493	34 485
Tâmega e Sousa	177025	10063	7954	13626	141473	3909
Lousada	22420	1228	1110	1584	18230	368

Fonte: INE, 2024

2.2.6. Número de empresas e dimensão

A tabela 17 apresenta o número de empresas nas diferentes dimensões referente ao ano 2022. De acordo com os dados apresentados, no Concelho de Lousada existem 5 047 pequenas e medias empresas e 3 grandes empresas.

Tabela 17: N.º de empresas e a sua dimensão

Localização geográfica	Empresas (N.º) por Localização geográfica Dimensão; Anual		
	2022		
	Dimensão		
	Total	Pequenas e médias empresas (PME)	Grandes
Portugal	1437254	1435818	1436
Continente	1374879	1373497	1382
Norte	483345	482949	396
Tâmega e Sousa	44057	44035	22
Lousada	5050	5047	3

Fonte: INE, 2024

2.2.7. População empregadas | Nível de Escolaridade

A tabela 18 representa o nível de escolaridade da população empregada ao nível sub-regional, concelhia e por freguesias.

A União de freguesia de Cristelos, Boim e Ordem e a União de freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga apresentam o valor mais elevado de pessoas sem escolaridade comparativamente as restantes freguesias do concelho. Em contrapartida estas mesmas uniões de freguesias representam a taxa mais elevada de pessoas empregadas com ensino superior, com maior incidência na população do sexo feminino.

Tabela 18: População empregada | Nível de Escolaridade, 2021

População empregada, segundo o nível de escolaridade [Censos 2021]																
Local de residência	H								M							
	Total	Sem escolaridade	Ensino básico	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário	Ensino superior	Total	Sem escolaridade	Ensino básico	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário	Ensino superior
Tâmega e Sousa	97 851	1 130	60 935	18 261	20 748	21 926	23 741	10 236	79 174	576	37 059	10 807	11 050	15 202	22 196	18 016
Lousada	11 846	117	7 548	2 016	2 604	2 928	2 793	1 163	10 574	64	5 480	1 578	1 716	2 186	2 785	2 087
Aveleda	532	11	363	105	127	131	115	36	444	9	263	77	88	98	107	62
Caíde de Rei	621	9	379	96	137	146	155	57	489	3	250	68	74	108	133	97
Lodares	506	4	316	76	107	133	112	62	445	2	206	48	78	80	141	91
Macieira	291	3	211	71	76	64	59	13	306	4	188	66	50	72	71	36
Meinedo	883	11	532	136	180	216	227	98	756	3	374	110	113	151	218	153
Nevogilde	608	4	434	130	170	134	123	32	545	2	334	109	117	108	129	67
Sousela	441	6	324	93	114	117	83	24	408	1	249	81	71	97	102	50
Torno	602	3	413	111	144	158	117	64	536	4	266	76	74	116	143	116
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	514	3	340	103	126	111	125	37	465	10	262	73	76	113	112	74
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	1 906	16	1 105	255	382	468	514	236	1 692	11	760	209	232	319	461	431
União das freguesias de Figueiras e Covas	575	4	395	129	140	126	116	42	481	0	282	92	93	97	124	71
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	1 514	17	1 110	302	349	459	274	92	1 407	4	894	259	263	372	312	178
União das freguesias de Nespereira e Casais	893	5	591	174	195	222	217	67	796	4	432	119	150	163	208	144
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	1 640	16	841	186	281	374	467	274	1 536	7	590	152	201	237	451	458
Vilar do Torno e Alentém	320	5	194	49	76	69	89	29	268	0	130	39	36	55	73	59

Fonte: INE, 2021

2.2.8. População empregada | Setor de Atividade Económica

A atividade económica é o resultado da combinação dos produtos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos, um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (INE , 2021).

Existem três sectores principais da economia: setor primário, secundário e o terciário. O **setor primário** envolve atividades que extraem ou coletam recursos naturais do meio ambiente, nomeadamente, agricultura, silvicultura, pesca, mineração e extração de petróleo são alguns dos exemplos deste setor. Este setor é crucial para a economia porque fornece matérias-primas necessárias para outros setores produzirem bens e serviços.

O **setor secundário** envolve o processamento de matérias-primas do setor primário em produtos acabados, que inclui manufatura, construção e outras atividades industriais.

Relativamente, ao **setor terciário** inclui todas as atividades que fornecem serviços e consumidores e empresas, referido muitas vezes, como o setor de serviços e o setor da maioria das economias modernas.

Em suma, estes três setores são interdependentes, na medida em que trabalham juntos para criar uma economia saudável.

Gráfico 2: N.º de população empregada por local de residência, sexo, setor de atividade económica e situação profissional

Fonte: INE, 2021

No gráfico 2 apresenta indicadores sobre a população empregada no Concelho de Lousada, de acordo com o setor de atividade económica. Os dados apresentados referem que no Concelho existem 22 420 pessoas empregadas, das quais 254 trabalham no setor primário, 11 461 no setor secundário, 4 008 no setor terciário (social) e 6 697 no setor terciário (económico). Importa ressaltar, que o setor terciário é o setor que emprega mais população no Concelho, com um total de 10 705 pessoas empregadas.

2.2.9. Taxa de desemprego | Sexo

A tabela 19 refere-se à taxa de desemprego por sexo, sendo possível concluir que no Concelho de Lousada o sexo feminino apresenta uma percentagem mais elevada (9,78%).

Relativamente aos dados por freguesia, a que apresenta percentagem mais baixa é a freguesia de Sousela com 5,88%.

Tabela 19: Taxa de desemprego por local de residência e sexo

Taxa de desemprego por local de residência em 2021	Total	H	M
Lousada	7,63	5,62	9,78
Aveleda	9,46	6,99	12,25
Caíde de Rei	8,42	4,31	13,14
Lodares	6,86	4,35	9,55
Macieira	8,15	7,32	8,93
Meinedo	9,05	5,46	12,9
Nevogilde	6,87	5,74	8,09
Sousela	5,88	5,97	5,77
Torno	8,81	4,75	12,99
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	8,68	5,17	12,26
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	8,33	6,43	10,38
União das freguesias de Figueiras e Covas	7,69	7,11	8,38
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	6,26	5,08	7,5
União das freguesias de Nespereira e Casais	7,04	6,3	7,87
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	7,16	5,15	9,22
Vilar do Torno e Alentém	6,07	3,9	8,53

Fonte: INE, 2021

2.2.10. Taxa de desemprego | Grupo Etário

Quando observados os dados relativos à taxa de desemprego por faixa etária (tabela 20), verifica-se que a taxa mais elevada se situa entre 20-24 anos (246) em todas áreas de referência. A taxa mais baixa encontra-se entre os 15-19 anos e os 65 ou mais anos. Este último indicador poderá ser o resultado dos jovens entre os 15 e os 19 anos encontrarem-se em escolaridade obrigatória e pelo facto do público dos 65 ou mais anos estarem em idade aproximada da prestação pecuniária mensal atribuída pela segurança social, quando atingem a idade legalmente presumida como adequada para a cessação do exercício da atividade profissional.

Tabela 20: Taxa de desemprego segundo grupo etário

Local de residência à data dos Censos [2021]	Total	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 ou mais anos
Lousada	1 852	73	246	222	162	176	160	219	187	242	153	12	0	0
Aveleda	102	3	14	14	15	10	4	11	10	13	7	1	0	0
Caíde de Rei	102	4	18	10	10	9	11	13	6	12	9	0	0	0
Lodares	70	5	10	10	5	8	8	4	8	6	6	0	0	0
Macieira	53	4	1	10	3	5	3	5	5	9	7	1	0	0
Meinedo	163	6	24	22	15	22	9	17	11	24	11	2	0	0
Nevogilde	85	2	9	10	6	6	8	12	5	15	12	0	0	0
Sousela	53	3	9	4	5	5	4	6	7	5	4	1	0	0
Torno	110	5	19	12	7	14	11	16	10	10	6	0	0	0
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	93	5	9	7	5	7	10	11	15	17	6	1	0	0
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	327	15	41	40	34	26	28	39	40	34	27	3	0	0
União das freguesias de Figueiras e Covas	88	4	13	10	6	5	8	12	10	16	4	0	0	0
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	195	9	20	22	16	17	16	22	22	33	17	1	0	0
União das freguesias de Nespereira e Casais	128	3	21	14	13	12	11	15	10	13	15	1	0	0
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	245	5	31	33	19	28	25	29	25	30	19	1	0	0
Vilar do Torno e Alentém	38	0	7	4	3	2	4	7	3	5	3	0	0	0

Fonte: INE, 2021

2.2.11. Taxa de Desemprego | Nível de Escolaridade

Com base o gráfico 3 aferimos que o maior número de pessoas desempregadas no concelho de Lousada apresentam ter o ensino secundário situação que se verifica também no Tâmega e Sousa.

No entanto, a taxa com menor incidência na sub-região do Tâmega e Sousa e no Concelho Lousada são os desempregados com nível de escolaridade mais elevada - Doutoramento.

Gráfico 3: Taxa de desemprego segundo o nível de escolaridade

Fonte: INE, 2021

2.2.12. Ganho Mensal | Localização Geográfica

Os indicadores apresentados na tabela 21 referem-se aos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. Na última década Lousada aumentou 238,9€, referente ao ganho médio mensal.

Tabela 21: Ganho médio mensal por localização geográfica

Local de Referência	Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica	
	Período de referência dos dados	
	2021	2011
Tâmega e Sousa	980,7	746,3
Lousada	927,7	688,8

Fonte: INE, 2021

Capítulo III – Problemáticas Sociais

3.1. Área de Risco

As problemáticas sociais têm assumido uma visibilidade crescente na definição de políticas públicas de planeamento e gestão territorial, assim como nos debates de cariz mais teórico sobre a preparação e a capacidade de recuperação das populações.

Assim as áreas de risco incluem problemáticas organizadas a partir de indicadores de risco ou de perigo iminente, que exigem uma resposta imediata com instituições e serviços, que possibilitam essa tipologia de intervenção.

3.1.1. Crianças e jovens em situação de privação

Segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (INE, 2021), em 2021, existiam cerca de 1,5 milhões de crianças com menos de 16 anos, a maioria em famílias compostas por dois adultos e uma criança dependente (20,3%) ou por dois adultos e duas crianças dependentes (32,4%).

Assim podemos verificar que, em 2021, 10,7% das crianças com menos de 16 anos pertenciam a agregados familiares em privação material e social, que quando comparado com a população em geral verifica-se que o resultado é inferior ao obtido para a população em geral (13,5%).

Os resultados recolhidos permitem concluir que as dificuldades económicas impedem que:

- 15,5 % das crianças tenham possibilidade de passar férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano;
- 9,7% das crianças possam participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer;
- 6,6% possam participar em viagens e atividades escolares não gratuitas;
- 4,3% das crianças tenham possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova;
- 1,6% possam celebrar em ocasiões especiais;
- 1,5% possam convidar amigos de vez em quando para brincarem e comerem juntos.

Tendo em conta o indicador de privação material e social severa, o resultado para as crianças com menos de 16 anos (5,1%) é também inferior ao obtido para a população em geral (6,0%).

De salientar que a composição familiar é um fator relevante para a privação material e social, com alterações significativas nas proporções por tipo de família, entre a população total e a população em privação.

Tabela 22: Grupo etário dos 0-14 anos no concelho de Lousada

Grupo etário dos 0-14 anos, Lousada, 2013-2023				
	Total	00-04	05-09	10-14
2013	8031	2188	2665	3178
2023	6517	2028	2182	2307

Fonte: INE, 2024

Ao analisar os dados da tabela 22, podemos constatar que 13,7% da população de Lousada, em 2023 tem menos de 15 anos. Assim no ano de 2023, 2028 crianças tinham entre 0 e 4 anos, 2182 tinham entre 5 e 9 anos e 2307 tinham entre 10 e 14 anos.

Verificamos ainda que tem havido uma diminuição de crianças em todas as faixas etárias dos 0 aos 14 anos, face ao ano de 2013.

3.1.1.1. Núcleo Local Garantia para a Infância (NLGPI)

O Núcleo Local Garantia para a Infância tem como objetivo promover e garantir um acompanhamento de proximidade de crianças em situação de pobreza extrema, tendo em conta a transferência de competências, foi necessário envolver-se o Serviço de Atendimento e Ação Social (SAAS) do Município.

Tabela 23: Nº de crianças em situação de pobreza extrema no Concelho

Nº de crianças em situação de pobreza extrema no Concelho				
SAAS Município	Transferência SAAS	Segurança Social	Sem Processo Familiar	Nº total de crianças
156	105	4	208	477

Fonte: Segurança Social, 2024

Conforme se pode constatar (tabela 23) no concelho de Lousada estão identificadas **477** crianças em situação de pobreza extrema.

3.1.1.2. Número de crianças em agregados com RSI

No seguimento do apoio e acompanhamento aos agregados do RSI, é possível constatar que em 2023 foram apoiadas 138 crianças enquadradas nestes agregados.

3.1.1.3. Crianças e jovens apoiados/as pelas medidas de ação social escolar

Tabela 24: Nº de crianças apoiadas pelo SAAS – Ação Social Escolar

Crianças apoiadas pelo SAAS – Ação Social Escolar													
Ano	2023						2024						
	J.I.	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino secundário	Total	J.I.	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino secundário	Total	
Refeições	19	19	4	2		48	4	8	6	5	1	28	
Refeições + Prolongamento	4						3						
Prolongamento							1						

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

No que concerne às crianças apoiadas pela ação social escolar – SAAS (tabela 24), estas podem usufruir de alimentação, material escolar e transporte gratuitos ou com um valor reduzido, consoante avaliação do processo familiar efetuada pelo SAAS. Assim, no que diz respeito ao transporte escolar, são apoiadas 5 crianças/jovens pelo Serviço de Ação Escolar - SAAS.

No ano letivo de 2024/2025, segundo o Pelouro da Educação (CM Lousada) verificou-se que existiam 747 crianças/jovens beneficiários de escalão A. Relativamente ao escalão B beneficiam 1209 crianças/jovens, no entanto, 21 destas crianças/jovens beneficiam de medidas adicionais, por esse motivo beneficiam da gratuidade de refeições escolares, material e transporte escolar.

3.1.1.4. Bolsas de estudo

No âmbito do serviço ação social escolar, nomeadamente no que se refere à bolsa de estudo, o Município de Lousada apoiou 100 alunos/as nos anos 2022 e 2023, como se pode verificar na tabela 25.

Tabela 25: Número de bolsas de estudo atribuídas pelo Município de Lousada

Ano	Nº de bolsas de estudo
2022	100
2023	100

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

3.1.1.5. Crianças apoiadas pelas medidas de apoio social (Comparticipação de medicação, óculos e etc).

O SAAS presta apoio na mediada de apoio social, nomeadamente, na comparticipação de medicação, óculos, entre outras, tendo em 2023 apoiado 388 crianças, pertencentes aos agregados em acompanhamento.

3.1.2. Crianças e jovens em perigo

Define-se por criança ou jovem em perigo, uma pessoa com menos de 18 anos, cuja segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento se encontre em perigo.

Assim, o perigo pode resultar de condutas da própria criança, dos pais, de outros cuidadores ou de qualquer outra pessoa. Estas condutas podem ser ativas ou omissivas, intencionais ou negligentes, podendo assumir múltiplas formas.

3.1.2.1. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A CPCJ intervém em situações de crianças e jovens com menos de 18 anos de idade, podendo acompanhar jovens até aos 21 anos de idade nos casos de jovens que tenham solicitado a continuação da intervenção antes de atingirem a maioridade, através da aplicação de medidas

de promoção e de proteção previstas na lei, tal como: apoio junto dos pais, outro familiar ou pessoa idónea; apoio a autonomia de vida; acolhimento familiar ou institucional.

No que concerne ao direito à proteção das crianças e jovens de Lousada, é importante analisar a atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens deste território e a sua evolução no que diz respeito ao volume de processos acompanhados, problemáticas sinalizadas, problemáticas acompanhadas e medidas de promoção e proteção aplicadas para a remoção das situações de perigo.

Gráfico 4: Evolução Processual da CPCJ de Lousada

Fonte: Município de Lousada - CPCJ, 2024

Através da análise do gráfico 4, verificamos que entre o ano 2016 e 2023, a CPCJ de Lousada acompanhou cerca de 333 crianças ou jovens por anos. No entanto, foi no ano de 2017 que existiu um maior número de processos (371 PPP) e no ano de 2020 registou-se o menor número de processos de promoção e de proteção (312 PPP) (Município de Lousada, 2024).

Tabela 26: Distribuição das crianças e jovens acompanhados por sexo e idade entre 2016 e 2019

Distribuição das crianças e jovens acompanhados por sexo e idade entre 2016 e 2019												
Faixa etária	2016			2017			2018			2019		
	F	M	Total									
0-2	14	19	33	17	18	35	18	17	35	17	17	34
3-5	21	20	41	23	17	40	15	13	28	23	12	35
6-8	19	30	49	23	26	49	18	27	45	5	22	27
9-10	14	23	37	14	9	23	18	12	30	13	14	27
11-14	40	47	87	42	36	78	24	40	64	34	33	67
15-17	34	46	80	62	46	108	48	54	102	41	50	91
18-21	16	7	23	28	7	35	12	17	29	10	21	31
>21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total (Género)	158	192	350	209	159	368	153	180	333	143	169	312

Fonte: Município de Lousada - CPCJ, 2024

Tabela 27: Distribuição das crianças e jovens acompanhados por sexo e idade entre 2020 e 2023

Distribuição das crianças e jovens acompanhados por sexo e idade entre 2020 e 2023												
Faixa etária	2020			2021			2022			2023		
	F	M	Total									
0-2	13	12	25	6	8	14	6	6	12	5	8	13
3-5	22	17	39	16	26	42	10	8	18	9	28	37
6-8	17	27	44	17	20	37	26	14	40	12	22	34
9-10	13	10	23	11	19	30	10	14	24	14	9	23
11-14	37	36	73	33	30	63	25	28	43	22	36	58
15-17	45	44	89	42	56	98	39	29	68	31	49	80
18-21	13	21	34	11	14	25	49	34	83	15	19	34
>21	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0
Total (Género)	160	167	327	136	173	309	137	165	302	110	171	281

Fonte: Município de Lousada - CPCJ, 2024

Analisando as tabelas 26 e 27, podemos verificar que no período compreendido entre 2016 e 2023, a CPCJ de Lousada acompanhou, maioritariamente, crianças e jovens do sexo masculino. Situação que apenas não se verificou no ano de 2017, em que o número de crianças e jovens do sexo feminino foi superior (feminino n=209). No que respeita à faixa etária mais representada nas comunicações de perigo recebidas por esta comissão, foi a faixa etária dos 15 aos 17 anos, seguindo-se a dos 11 aos 14 anos.

Relativamente às tipologias de perigo que foram comunicadas à CPCJ de Lousada, apresentam-se os dados provenientes da avaliação da atividade desta comissão, de 2017 a 2023.

Tabela 28: Tipologias de Perigo Comunicadas à CPCJ de Lousada entre 2017 a 2023

Tipologias de Perigo Comunicadas à CPCJ de Lousada, entre 2017 a 2023															
		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Abandono escolar		23	14,2	16	9,6	11	4,9	9	2,6	9	2,6	4	1,3	9	2,9
Absentismo escolar		27	16,7	28	16,9	20	8,8	42	12,2	42	12,1	22	7,3	17	5,5
	Em causa o direito à educação /total)		30,9		26,5		13,7		15,8		14,7		8,6		8,4
Violência Doméstica		27	16,7	26	15,7	52	23,0	89	25,9	89	25,6	121	40,3	118	37,9
Abuso sexual/Aliciamento sexual/violação		2	1,2	2	1,2	4	1,8	8	2,3	8	2,3	9	3,0	10	3,2
Criança entregue a si própria		1	0,6	1	0,6	1	0,4	1	0,3	2	0,6	3	1,0	5	1,6
Ausência de suporte familiar temporário		1	0,6	0	0,0	1	0,4	1	0,3	3	0,9		0,0		0,0
Negligência		35	21,6	45	27,1	42	18,6	61	17,7	63	18,2	4	1,3	1	0,3
Negligência grave		7	4,3	3	1,8	5	2,2	13	3,8	4	1,2	4	1,3	2	0,6
Neg: Falta de supervisão, acompanhamento		2	1,2	1	0,6	1	0,4	33	9,6	37	10,7	59	19,6	29	9,3
Negligência ao nível psicoafetivo			0,0	0	0,0	12	5,3	4	1,2	5	1,4	3	1,0	14	4,5
Negligência - Saúde			0,0	1	0,6	7	3,1	2	0,6	5	1,4	4	1,3	8	2,6
Negligência ao nível educativo			0,0		0,0	15	6,6	10	2,9	0	0,0		0,0	2	0,6
	Negligência (Total)		27,2		30,1		36,3		35,8		32,9		24,5		17,9
Exposição a comportamentos que prejudicam o desenvolvimento		9	5,6	6	3,6	17	7,5	13	3,8	8	2,3	2	0,6	2	0,6
Exposição a comportamentos: consumos de álcool			0,0	9	5,4	2	0,9	10	2,9	2	0,6	5	1,6	4	1,2
Exposição a comportamentos: consumos de estupefacientes		1	0,6	0	0,0	2	0,9	3	0,9	5	1,4	4	1,3	1	0,3
Mau trato Físico		5	3,1	6	3,6	2	0,9	5	1,5	10	2,9	14	4,6	26	8,3
Mau trato Psicológico		2	1,2	4	2,4	5	2,2	2	0,6	7	2,0		0,0		0,0
CJACP: Criança/jovem assume comportamentos de perigo		7	4,3	3	1,8	10	4,4	21	6,1	29	8,4		0,0	6	1,9
CJACP: Comportamentos graves ou antissociais		5	3,1	3	1,8	9	4,0	14	4,1	11	3,2	33	11,0	47	15,1
CJACP: Bullying		1	0,6	4	2,4	2	0,9	1	0,3	1	0,3	9	3,0	5	1,6
CJACP: Consumo de bebidas alcoólicas		2	1,2	2	1,2	1	0,4	0	0,0	5	1,4		0,0		0,0
CJACP: Consumo de estupefacientes		4	2,5	5	3,0	4	1,8	1	0,3	1	0,3		0,0	4	1,2
CJACP: Pela prática de crime		1	0,6	1	0,5	1	0,3	1	0,2	1	0,2		0,0	1	0,3
	CJACP: Total		12,3		10,7		11,8		11,0		13,7		14,0		20,1
		162	100	166	100	226	100	344	100	347	100	300	100	311	100

Fonte: Município de Lousada - CPCJ, 2024

A leitura da tabela 28 revela que, entre 2017 e 2021, a tipologia de perigo mais prevalente nas comunicações de perigo recebidas pela CPCJ de Lousada refere-se a situações de negligência, sendo que a percentagem variou entre os 27,2% e os 32,9%. No entanto, em 2019, foi o ano em que se verificou o valor mais alto desta tipologia de perigo, com 36,3%. Nos anos de 2022 e 2023, verificou-se um decréscimo no número das comunicações de perigo relacionadas com a negligência. Quando especificado o tipo de negligência a que as situações de perigo se referiam, verificamos que a negligência ao nível da supervisão, acompanhamento da criança/jovem, foi a situação mais reportada.

Analisando ainda a tabela, percebemos que existe um crescimento do número de comunicações reportando que as crianças e jovens estão expostas a situação de violência doméstica. Em 2023, esta tipologia de perigo representava 37,9% das comunicações analisadas nesta comissão, quadruplicando o número de comunicações desta natureza recebidas em 2017, sendo a percentagem de 16,7%.

As comunicações de perigo reportando estar em causa o direito à Educação é a terceira tipologia de perigo mais representada nas comunicações de perigo remetidas à CPCJ de Lousada, pese embora, percentualmente, a sua expressão tenha vindo a diminuir ao longo dos anos. Podemos verificar que no ano de 2022 e 2023, o número percentual diminuiu para metade quando comparado com o ano de 2020.

Como podemos verificar na tabela, a quarta tipologia mais representada em percentagem de comunicações que reportam que a criança/jovem assume comportamentos que prejudicam o seu bem-estar, sem que os cuidadores/responsáveis se lhe consigam opor, cujo número tem sido crescente e tendo-se evidenciado em dobro quando comparado com a percentagem no ano de 2018.

Tabela 29: Caracterização da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Designação da Instituição	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
Contacto	255820517
Designação do projeto	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
Área/temática de intervenção	Crianças e Jovens em Risco
Grupo-alvo/beneficiários	Crianças e Jovens
Necessidade/problema social a que pretende responder	Crianças/jovens vítimas de maus-tratos físicos e/ou psíquicos, ou de abusos sexuais; Crianças/jovens vítimas de abandono ou negligência; Crianças/jovens em situação de abandono escolar ou trabalho infantil; Crianças/jovens assumem comportamentos que revelem dificuldade de adaptação a uma vida social normal, entregando-se a atividades e consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação.
Principais ações implementadas	Visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.
Recursos disponibilizados à comunidade	Gabinete de atendimento e acompanhamento.

Fonte: Município de Lousada – Ação Social, 2024

3.1.3. Violência Doméstica

Em Portugal o crime de violência doméstica está caracterizado pelo artº152, do Código Penal, definindo da seguinte forma:

1. Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais ou impedir o acesso ou fruição aos recursos económicos e patrimoniais próprios ou comuns:
 - a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
 - b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
 - c) A progenitor descendente comum em 1º grau;
 - d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;
 - e) A menor que seja seu descendente ou de uma das pessoas referidas nas alíneas a), b), e c), ainda que com ele não coabite;

É punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2. No caso previsto do número anterior, se o agente:

- a) Praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima;
- b) Difundir através da internet ou de outros meios de difusão pública generalizada, dados pessoais, designadamente imagem ou som, relativos à intimidade da vida privada de uma das vítimas sem o seu consentimento;

É punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3. Se dos factos previstos no nº1 resultar:

- a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;
- b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, incluindo aqueles em que couber pena mais grave por força de outra disposição legal, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5. A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6. Quem for condenado por crime previsto no presente artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício de responsabilidades parentais, da tutela ou do exercício de medidas relativas a maior acompanhado por um período de 1 a 10 anos.

Em Portugal, no que respeita ao Crime de Violência Doméstica, no ano de 2023 registaram-se 30.461 participações, o que representa uma ligeira diminuição de 27 casos (-0,1%), face ao ano de 2022 (gráfico 5).

Gráfico 5: Evolução do nº de crimes de violência doméstica, Portugal 2014 e 2023

Fonte: Sistema de Segurança Interna, 2023

Como podemos verificar na tabela 29, entre 2014 e o ano 2023 o número de vítimas de violência doméstica variou ao longo dos anos. Entre 2014 e 2018 o número de vítimas de violência doméstica foi oscilando, entre aumentos e diminuições. Tendo atingido o número máximo de vítimas em 2022 (30488) mantendo-se no ano de 2023 (30461) com uma ligeira descida.

Tabela 30: Distribuição geográfica das ocorrências

Distritos	Ano 2022	Ano 2023	Var %	Dif	Distritos	Ano 2022	Ano 2023	Var %	Dif
Aveiro	2 011	2 029	0,9%	18	Portalegre	406	418	3,0%	12
Beja	421	419	-0,5%	-2	Porto	4 494	4 559	1,4%	65
Braga	2 074	1 944	-6,3%	-130	Santarém	1 057	1 032	-2,4%	-25
Bragança	292	353	20,9%	61	Setúbal	2 891	2 995	3,6%	104
Castelo Branco	645	598	-7,3%	-47	Viana do Castelo	663	633	-4,5%	-30
Coimbra	1 029	1 025	-0,4%	-4	Vila Real	501	478	-4,6%	-23
Évora	469	413	-11,9%	-56	Viseu	990	920	-7,1%	-70
Faro	1 642	1 635	-0,4%	-7	Madeira	815	851	4,4%	36
Guarda	450	447	-0,7%	-3	Açores	994	955	-3,9%	-39
Leiria	1 184	1 176	-0,7%	-8	Não especificado	9	4	-55,6%	-5
Lisboa	7 451	7 577	1,7%	126	Total	30 488	30 461	-0,1%	-27

Fonte: Sistema de Segurança Interna, 2023

Através da análise da tabela 30, verificamos que o distrito que apresenta maior variação entre o ano de 2022 e o ano de 2023, foi o de Bragança (20,9%).

Relativamente ao número de casos de violência doméstica entre os anos de 2022 e o ano de 2023, o distrito que tem maior descida do número de casos é o distrito de Braga (-130). Na situação inversa, verifica-se que na zona Norte, o distrito do Porto conta com um aumento de

65 casos. No que concerne à zona Sul verifica-se que as cidades de Lisboa (126) e Sétubal(104) contam com um aumento de número de casos superior ao distrito do Porto.

3.1.3.1. Ação Social - Serviço de Apoio À Vítima de Violência Doméstica - “Flor-de-Lis”

No Concelho, foi criado um Serviço de Apoio à Vítima de Violência Doméstica – Flor-de-Lis, que opera desde março de 2007, cuja atividade tem vindo a ganhar maior relevância, dada a incidência da problemática no território e Concelhos limítrofes, justificando a sua integração na “Rede Intermunicipal e Integrada de Apoio à Vítima – RIIAV do Tâmega e Sousa”, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que integra 11 Concelhos.

A RIIAV do Tâmega e Sousa, formalmente criada em 2020, concretiza uma ação estratégica de territorialização da prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, assente numa intervenção em rede, baseada numa lógica de trabalho cooperativo e colaborativo, através da intervenção direta e especializada das suas equipas multidisciplinares, conforme preconizado na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” e respetivo plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica 2018-2021, em articulação com o plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens 2018-2021 e o plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais 2018-2021.

Neste contexto, o Serviço de Apoio à Vítima de Violência Doméstica – Flor-de-Lis é uma das 11 estruturas que integra a RIIAV e tem como objetivo atender as vítimas de violência doméstica e todas as outras pessoas que procurem apoio neste domínio, garantindo apoio social, psicológico e jurídico, bem como o encaminhamento de acordo com as necessidades identificadas (por exemplo, apoio médico, social e formativo), contando com a colaboração de diferentes entidades. Oferece informação sobre a legislação em vigor aplicável e com interesse para a sua situação específica, procurando garantir as condições para que exista um nível adequado de segurança em todo o processo, através de proteção policial e do plano de segurança, entre outros. Para o efeito, à semelhança das suas congéneres da RIIAV, esta estrutura de atendimento dispõe de uma equipa técnica multidisciplinar nas áreas do serviço social, psicologia e direito (tabela 31).

Especificamente, no âmbito da prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, a CIM do Tâmega e Sousa passou a ter competência para definir ações ou projetos de prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica e de proteção e assistência das suas vítimas, que contribuam para a prossecução da igualdade e da não discriminação.

“A violência doméstica assume a natureza de crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou o conhecimento do crime, para que o Ministério Público promova o processo. O procedimento criminal inicia-se com a notícia do crime e pode ter lugar através da apresentação de queixa por parte da vítima de crime, ou da denúncia do crime por qualquer pessoa ou entidade, numa esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP), posto da Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia Judiciária, ou diretamente no Ministério Público” (PSP).

Tabela 31: Composição da Equipa Técnica Flor-de-Lis

Composição da Equipa Técnica Flor-de-Lis	
Número	Formação
1	Psicologia
2	Serviço Social
2	Direito

Fonte: Município de Lousada - Flor-de-Lis, 2024

Gráfico 6: Nº de vítimas acompanhadas pelo Serviço de Apoio à Vítima de Violência Doméstica “Flor-de-Lis”

Fonte: Município de Lousada - Flor-de-Lis, 2024

Segundo a análise do gráfico 6, podemos verificar que desde 2021, o número de processos tem vindo a aumentar de ano para ano, sendo que em 2024, desde janeiro a junho já existem 54

novos processos, no entanto 14 das vítimas recusaram o acompanhamento do Gabinete Flor-de-Lis.

Gráfico 7: Nº de Novos processos e Atendimento por Município (CIM Tâmega e Sousa)

Fonte: CIM Tâmega e Sousa, 2023

No ano de 2023, foram efetuados 858 atendimentos (gráfico 7), sendo a média por vítima de 8 atendimentos. De referir que o Concelho de Lousada é o terceiro concelho com mais processos, da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Tabela 32: Origem da sinalização das vítimas de violência doméstica

Origem da Sinalização das Vítimas de Violência Doméstica	
Entidade	Nº de Processos
Ministério Público	27
CPCJ	6
GNR	7
Segurança social	1
SAAS	1
Iniciativa própria	11
Familiar/amigo/vizinho	1

Fonte: Município de Lousada - Flor-de-Lis, 2024

Analisando os dados da tabela 32, percebemos que a proveniência dos encaminhamentos das Vítimas de Violência Doméstica para o Gabinete Flor-de-Lis, é maioritariamente efetuada pelo Ministério Público.

Tabela 33: Situação profissional 2024

Situação profissional 2024 (janeiro a junho)	
Situação profissional	Número de Vítimas
Empregado/a conta de outrem	9
Desempregado/a	2
Sem emprego fixo	1
Pensionista	2
Sem informação	9

Fonte: Município de Lousada - Flor-de-Lis, 2024

Segundo o Gabinete Flor de Lis, relativamente à **situação profissional** (2023), 21 vítimas tinham vínculo profissional por conta de outrem, 19 vítimas estavam desempregadas e 5 eram pensionistas.

Na tabela 33, verifica-se que o maior número de vítimas tem vínculo profissional por conta de outrem (9), ano de **2024**.

Gráfico 8: Habilitações escolares das vítimas

Fonte: Município de Lousada - Flor-de-Lis, 2024

Analisando o gráfico 8, verificamos que no ano de 2023, a maioria das vítimas possui o 3º ciclo, já relativamente ao ano 2024 (janeiro a junho) verifica-se que existem mais vítimas com o 2º ciclo, de referir que no mesmo ano existem 23 vítimas sem informação das habilitações.

Tabela 34: Nº de Vítimas por sexo e faixa etária

Número de Vítimas por Sexo e Faixa etária									
2024	Sexo		Faixa etária						
	M	F	<18	18-25	26-35	36-45	46-55	56-65	>66
	8	46	1	8	11	11	12	5	6

Fonte: Município de Lousada - Flor-de-Lis, 2024

As vítimas acompanhadas pelo Gabinete Flor-de-Lis (tabela 34) são maioritariamente femininas (48). No grupo etário dos 26 aos 35 anos estão sinalizadas 11 vítimas, o mesmo acontece nas idades compreendidas 36 aos 45 anos. Já na faixa etária dos 46 aos 55 anos são acompanhadas 12 vítimas.

Tabela 35: Nº de Vítimas segundo estado civil

Número de vítimas segundo estado civil	
Estado Civil	Nº Vítimas
Casada/o	2
Divorciado/Separado/a	9
Solteiro/a	4
União de facto	1
S/ Informação	7

Fonte: Município de Lousada - Flor-de-Lis, 2024

No que concerne ao **estado civil** da vítima (tabela 35), podemos verificar pelos dados apresentados que as vítimas divorciadas/separadas (9) são as que se apresentam em maior número.

Apuramos ainda que relativamente ao número de **vítimas com filhos menores a cargo**, no ano de 2023, foram acompanhadas 27 vítimas e no primeiro semestre do ano de 2024, 25 vítimas (Flor-de-Lis, 2024).

Neste sentido apresentamos os dados relativos à Resposta de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de violência doméstica.

Gráfico 9: Nº de processos, acompanhamentos e atendimentos da RAP

Fonte: Município de Lousada - RAP, 2024

Através da leitura do gráfico 9, verificamos que o número de novos processos tendencialmente tem aumentado, desde o início da resposta, sendo que os dados de 2024 estão contabilizados do primeiro semestre do ano, contando já com 16 novos processos. Podemos verificar que a RAP, tem um total de 57 processos já em acompanhamento transitados dos anos anteriores.

Tabela 36: Caracterização de atendimentos por género, 2022 a 2024

Caracterização por género, 2022 a 2024			
	2022	2023	2024
Feminino	10	8	9
Masculino	7	10	7

Fonte: Município de Lousada - RAP, 2024

No que concerne, ao género, em 2022 e 2024, os atendimentos dos novos processos, foram maioritariamente do género feminino (tabela 36). Já em 2023, aconteceu o inverso.

Tabela 37: Caracterização de atendimentos por nível de escolaridade, 2022 e 2024

Caracterização por nível de escolaridade, 2022 a 2024					
	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário
2022	2	3	2	6	4
2023	4	4	1	5	4
2024	4	2	1	4	4

Fonte: Município de Lousada - RAP, 2024

Ao analisarmos, pelo nível de escolaridade, podemos verificar que a maior incidência é nas vítimas com o 3º ciclo de escolaridade, seguindo-se as vítimas do ensino secundário e do pré-escolar (tabela 37).

Tabela 38: Caracterização de atendimentos por faixa etária, 2022 a 2024

Caracterização por faixa etária, 2022 a 2024			
	2022	2023	2024
0-5 anos	2	4	2
6-10 anos	4	4	5
11-14 anos	7	7	4
15-18 anos	3	3	5

Fonte: Município de Lousada - RAP, 2024

Relativamente à faixa etária das vítimas em acompanhamento pela RAP (tabela 38), verifica-se que em maior número é a faixa etária dos 11 aos 14 anos.

Tabela 39: Nº de crimes de violência doméstica no concelho de Lousada

Nº de crimes de violência doméstica, Lousada				
	2020	2021	2022	2023
Lousada	77	100	117	110

Fonte: GNR de Lousada, 2024

Ao analisarmos a tabela 39, verificamos que existiu um aumento significativo no número de crimes de violência doméstica, de 2020 para 2021, no Concelho de Lousada.

Tabela 40: Nº de vítimas por faixa etária

Nº de vítimas por faixa etária e total														
	<12	12-15	16-17	18-20	21-24	25-30	31-40	41-50	51-64	65-74	75-84	85-100	n.def.	total
2020	1	1	1	1	5	7	21	18	27	4	5	3	2	96
2021	1	0	0	2	6	10	32	26	22	6	7	2	1	115
2022	7	4	1	3	3	15	23	35	27	11	2	1	2	134
2023	4	4	2	7	4	13	18	29	36	14	5	2	1	139

Fonte: GNR de Lousada, 2024

Segundo os dados da GNR de Lousada (tabela 40), verificamos que dos crimes de violência doméstica cometidos resultaram em 2020 um total de 96 vítimas, havendo um aumento significativo do número de vítimas em 2023, passando para um total de 139. Podemos ainda apurar que a maior incidência de vítimas se encontra nas faixas etárias 31-40, 41-50, 51-64 anos.

Tabela 41: Caracterização do projeto Flor-de-Lis

Designação da Instituição	Câmara Municipal de Lousada
Contacto	255820500/255820551
Designação do projeto	Flor-de-Lis
Área/temática de intervenção	A equipa Flor de Lis presta apoio psicossocial e jurídico às vítimas de Violência Doméstica.
Grupo-alvo/beneficiários	Vítimas de Violência Doméstica
Necessidade/problema social a que pretende responder	Responder às necessidades das vítimas de violência doméstica, operando nas vertentes da intervenção e prevenção, concretizadas através do apoio psicossocial e jurídico.
Principais ações implementadas	Apoio e acompanhamento psicossocial às vítimas de violência doméstica. Apoio na conciliação da vida familiar com a profissional.
Recursos disponibilizados à comunidade	Gabinete de atendimento e acompanhamento.

Fonte: Município de Lousada – Ação Social, 2024

3.1.4. Emergência Social

A Emergência Social, define-se como as situações de vulnerabilidade e desproteção que constituam perigo real, atual ou iminente, resultantes de não estarem asseguradas as condições mínimas de proteção, e que exijam uma intervenção social imediata.

Estas situações, de emergência social, podem ter causas diversas, como violência em contexto doméstico, ausência ou perda de autonomia, abandono, desalojamento, sem-abrigo e crianças e jovens em situações de perigo.

Tabela 42: Ganho médio mensal de trabalhadores por localização geográfica

Localização geográfica (NUTS - 2024)	Ganho médio mensal (€) de trabalhadores por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual	
	Período de referência dos dados	
	2021	
Portugal		1 289,50 €
Norte		1 187,20 €
Tâmega e Sousa		980,70 €
Lousada		927,70 €

Fonte: INE, 2024

Analisando a tabela em cima (tabela 42), Lousada auferiu valores inferiores (927,70€ de ganho mensal), em relação à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Tabela 43: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e por nível de escolaridade

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e por nível de escolaridade, 2021							
	Total	<1ºciclo	1ºciclo	2ºciclo	3ºciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior
Continente	1294,11€	849,53€	928,18€	978,30€	1013,30€	1163,52€	1938,60€
Norte	1187,19€	840,28€	907,50€	947,46€	973,84€	1099,34€	1763,23€
Tâmega e Sousa	980,68€	880,15€	884,59€	900,12€	919,67€	958,18€	1470,17€
Lousada	927,68€	970,89€	849,31€	856,67€	908,67€	931,62€	1332,18€

Fonte: INE, 2024

O ganho médio mensal no concelho de Lousada (tabela 43) apresenta variações ao nível das habilitações, sendo que o nível inferior ao 1º ciclo apresenta um ganho mensal superior aos níveis das habilitações superiores, à exceção do ensino superior.

Gráfico 10: Coeficiente de Gini do Rendimento Bruto Declarado por Agregado Fiscal, 2020 e 2022

Fonte: INE, 2024

Ao analisar o gráfico 10 relativo ao coeficiente de Gini, podemos perceber que em 2022 Portugal apresentava 40,9% de rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por Agregado Fiscal, evidenciando ligeira redução na desigualdade da distribuição do rendimento face a 2020 (41,3%).

3.1.4.1. Agregados no RSI/SAAS

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de

exclusão social e é constituída por um contrato de inserção que visa a integração social e profissional e uma prestação em dinheiro para satisfação das necessidades básicas das famílias.

No que concerne ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), consiste num atendimento de primeira linha que responde eficazmente às situações de crise e/ou de emergência social, bem como num acompanhamento social destinado a assegurar o apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais.

No que concerne ao Município de Lousada, a Ação Social no ano de 2023 acompanhou **1638** famílias, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e **821** famílias no âmbito da medida de Rendimento Social de Inserção (RSI).

Tabela 44: N.º de famílias que recebem RSI e o n.º de agregados que são acompanhados pelo SAAS

N.º de famílias que recebem o RSI e o n.º de agregados que são acompanhados pelo SAAS		
	RSI	SAAS
Lousada	821	1638
Alvarenga	4	14
Aveleda	43	85
Boim	37	63
Caíde	66	79
Casais	14	47
Cernadelo	35	51
Covas	18	30
Cristelos	84	242
Figueiras	24	42
Lodares	24	48
Lustosa	90	177
Macieira	37	78
Meinedo	82	144
Nespereira	20	74
Nevogilde	46	80
Nogueira	25	46
Ordem	10	58
Pias	5	30
S. Miguel	10	17
Sta. Margarida	10	11
Sto. Estevão	11	17
Silvares	44	83
Sousela	24	57
Torno	35	35
Vilar do Torno e Alentém	23	30

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

Através da análise da tabela 44, verificamos que a freguesia do Concelho de Lousada com mais famílias a beneficiar de RSI é a freguesia de Lustosa, com 90 processos e do acompanhamento no SAAS é a freguesia de Cristelos, com 242 processos. Podemos ainda verificar que a freguesia

de Alvarenga é a que tem menos processos de RSI, com apenas 4 processos, ao nível do SAAS verificamos que a freguesia com menos processos é a freguesia de Santa Margarida, com 11 processos.

3.1.4.2. Medidas de Apoio Alimentar

Tabela 45: Medidas de Apoio Alimentar

Medidas de Apoio Alimentar		
Ano	POAPMC	Apoio Alimentar Município
2023	173	78

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

No que concerne aos apoios alimentares (tabela 45), no ano 2023, foram abrangidas 173 famílias do Concelho de Lousada, pelo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) e 78 famílias pela medida de apoio alimentar do município.

3.1.4.3. Pensionistas ativos

Tabela 46: Pensionistas ativos em 31 de dezembro, no concelho de Lousada

Pensionistas ativos em 31 dezembro, residentes no Concelho de Lousada, por tipo de pensão				
	Lousada		CIM Tâmega e Sousa	
	2014	2022	2014	2022
Nº Total	9 074	10 555	96 435	102 419
Sobrevivência	2 361	2 753	25 064	26 636
Invalidez	1 276	1 027	11 433	8 068
Velhice	5 437	6 775	5 938	67 715

Fonte: INE, 2024

Com base nos dados obtidos (tabela 46), é possível afirmar que, no Concelho de Lousada no ano de 2022 encontram-se, 1 027 indivíduos a beneficiar de uma pensão de invalidez, 6 775 usufruem de pensão de velhice e 2 753 possuem de pensão de sobrevivência. Revelando-se assim um aumento dos pensionistas no Concelho entre o ano de 2014 e o ano de 2022, passando de 9 074 para 10 555 respetivamente.

Tabela 47: Valor médio das pensões da segurança social

Valor médio das pensões da segurança social				
2023				
Tipos de Pensão	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total
Região	€			
Portugal	6 051	7 424	3 806	6 452
Norte	5 571	6 848	3 543	5 978
Tâmega e Sousa	5 311	6 024	3 101	5 210
Lousada	5 325	6 153	3 168	5 292

Fonte: INE, 2024

Como podemos verificar na tabela 47, o valor médio das pensões situa-se nos 5 325 euros anuais, no Município de Lousada, quando comparado com a média da pensão nacional verificamos que se encontra abaixo neste concelho. As pensões com um valor médio mais alto em Lousada são as pensões de velhice (6 153€), seguindo-se as pensões de invalidez (5 325€) sendo a média mais baixa as pensões de sobrevivência (3 168€).

3.2. Área da Vulnerabilidade Social

A Vulnerabilidade Social é um conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconómicos. A Vulnerabilidade Social está relacionada com processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos dessas pessoas, em decorrência do seu nível de educação, saúde, rendimentos, entre outros.

Assim podemos definir Vulnerabilidade como um indicador da desigualdade social, fruto de características individuais, contextuais ou condições coletivas.

3.2.1. Seniores

Envelhecer é um processo natural, neste sentido o envelhecimento tem sido objeto de interesse dos organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como das organizações nacionais, como os Ministérios da saúde e da segurança social, e das organizações locais como as autarquias.

Verificamos que na média da União Europeia, a população envelheceu 2,5 anos, já em Portugal o aumento foi de 4,7 anos.

Segundo o Eurostat, Portugal está a envelhecer a um ritmo mais acelerado do que os restantes países europeus (27 Estados- Membros da União Europeia). Em 2022, metade da população

portuguesa tinha mais do que 46,8 anos de idade, a segunda idade mediana mais elevada no conjunto dos países analisados.

Perante as proporções que o envelhecimento populacional está a atingir, o principal desafio que se impõe às sociedades de hoje consiste em permitir que as pessoas não só morram o mais tardiamente possível, como também desfrutem de uma velhice com qualidade de vida. Torna-se, assim, urgente, a promoção de um envelhecimento ativo e saudável ao longo do ciclo de vida.

Tabela 48: Percentagem de homens e mulheres com mais de 65 anos

Percentagem de Homens e Mulheres com mais de 65 anos de idade – em Portugal				
	Mulheres		Homens	
	2011	2021	2011	2021
65 ou mais anos	12%	17%	10%	14%

Fonte: INE, 2021

Através da análise da tabela 48, podemos verificar que existiu um aumento significativo da percentagem de homens e mulheres com 65 ou mais anos, desde o ano de 2011 para o ano 2021.

No que respeita ao Concelho de Lousada, segundo os últimos censos (INE, 2021), a população sénior tinha 7285 indivíduos.

Assim, no sentido de promover um envelhecimento ativo e saudável na população sénior, podemos verificar que no Concelho de Lousada existem respostas típicas e respostas atípicas.

O isolamento da população sénior é uma das principais preocupações do Município de Lousada, de tal modo que concebeu o projeto “**Movimento Sénior**”, em parceria com as Instituições particulares de solidariedade social (IPSS’S) e Juntas de Freguesia. Este projeto tem como finalidade a promoção do envelhecimento ativo, através da oferta de um conjunto de atividades de educação/formação que estimulem um estilo de vida ativo, promovam o bem-estar e o convívio intergeracional. Atualmente, encontram-se em funcionamento, 17 Movimentos Seniores, com cerca de 510 indivíduos (425 seniores e 85 voluntários). Estes grupos funcionam nas freguesias de Aveleda, Boim, Caíde de Rei, Cristelos, Lustosa, Lodaes, Macieira, Meinedo, Nespereira, Nevogilde, Nogueira, Ordem, Pias, São Miguel, Silvaes, Sousela e Vilar do Torno e Alentém.

Das pessoas seniores residentes no Concelho de Lousada, cerca de **40 pessoas** frequentam a **Universidade Sénior do Autodidata de Lousada (USALOU)**, criada em 2009, por um grupo de amigos aposentados, com a colaboração da Câmara Municipal.

A **USALOU** tem como objetivo a promoção do envelhecimento ativo, a partilha de conhecimento de novas aprendizagens, fazer novas amizades e criar laços de afetos entre as pessoas que frequentam esta instituição, sem fins comerciais e lucrativos, sendo sustentável pelas quotas dos alunos (associados).

No âmbito da Rede Social de Lousada, foi criada a **Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente de Lousada (CIAD)**, com o objetivo de fazer face a algumas preocupações existentes. A Rede Social esteve na génese deste trabalho, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Lousada (SCML) a entidade executora do projeto, tendo uma responsabilidade partilhada com a Segurança Social, com os Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Tâmega III – Vale do Sousa Norte e com todas as instituições particulares de solidariedade social do Concelho com responsabilidade social junto dos idosos e adultos dependentes.

A **Bolsa Lousada Cuida** surge como uma resposta inovadora, para criar uma Bolsa de Cuidadores, bem como algumas das medidas do Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada (CACIL), que tem como objetivo implementar respostas de apoio social dirigidas aos cuidadores informais. Assim, os princípios básicos passam por criar substitutos dos cuidadores informais, permitindo que, quem cuida tenha tempo disponível para si. Deste projeto já beneficiaram 31 cuidadores.

3.2.2. Pessoas Idosas

“O envelhecimento populacional está prestes a tornar-se numa das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais a todos os setores da sociedade – no mercado laboral e financeiro; na procura de bens e serviços como a habitação, nos transportes e na proteção social; e nas estruturas familiares e laços intergeracionais.” (ONU, 2024).

Através dos dados definitivos dos censos de 2021, divulgados pelo INE, a percentagem da população idosa (65 e mais anos) representava 23,4% da população, enquanto a de jovens até aos 14 anos era de apenas 12,9%. Assim, o índice de envelhecimento – idosos por 100 jovens – passou dos 128 em 2011, para os 182 em 2021, o que está relacionado com o aumento da esperança média de vida.

Segundo as Nações Unidas, em junho 2023, Portugal tem um pouco mais de dois milhões de pessoas com mais de 65 anos, sendo o 43º país com o maior número de idosos num total de 50 países do mundo analisados. No entanto, quando analisamos em termos da proporção da população, Portugal era o quarto país do mundo com mais pessoas com uma idade igual ou superior a 65 anos e onde a população nesta faixa etária já representa quase 25%.

No ano de 1970, apenas 9,7% da população residente em Portugal tinha 65 ou mais anos, com tendência a agravar-se, com projeções do INE que a população com 65 ou mais anos, em 2080 seja de 36,8%.

Tabela 49: Nº de idosos isolados

Nº idosos isolados							
	Nº total de idosos isolados	Sexo		Faixa Etária			Área Geográfica
Ano		M	F	60-70	70-80	Mais de 80	
2020	17	3	14	1	6	10	Lodares/Nevogilde/Lustosa
2021	30	7	23	2	13	15	Lodares/Nevogilde/Lustosa
2022	25	4	21	2	10	13	Lodares/Nevogilde/Lustosa

Fonte: GNR Lousada, 2023

Por **Isolamento Social**, define-se como a falta de contacto social, principalmente, a ausência de contacto social ou familiar, ausência de envolvimento na comunidade ou com o mundo exterior e ausência ou dificuldade no acesso a serviços. Os idosos são especialmente vulneráveis à solidão e ao isolamento social, podendo levar a um efeito grave nas questões da saúde.

Em Lousada, o número de idosos isolados teve um aumento considerável do ano 2020 para o ano de 2022 (17 para 25 idosos), sendo a faixa etária com maior isolamento a população com mais de 80 anos, nomeadamente do sexo feminino (tabela 49).

Podemos verificar que as freguesias mais sujeitas ao isolamento dos idosos são as freguesias de Lodares, Lustosa e Nevogilde.

Gráfico 11: Índice de longevidade

Fonte: INE, 2021

O Índice de Longevidade (gráfico 11) permite-nos perceber a percentagem de pessoas com 75 ou mais anos, por 100 pessoas idosas. Analisando o gráfico acima apurarmos que Lousada, comparativamente à região do Tâmega e Sousa, e a Portugal, apresenta um menor número de população idosa com 75 anos ou mais.

Gráfico 12: Nº idosos com processamento CSI

Fonte: Segurança Social, 2023

Analisando o gráfico 12, podemos verificar que existiu um aumento significativo do número de idosos que recebe o Complemento Solidário para Idosos (CSI), no período de 2020 a 2024.

3.2.3. Pessoas com Deficiência

A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio da igualdade de todos os cidadãos e reafirma expressamente no seu n.º 1 do artigo 71 que “Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados”.

Todas as pessoas têm características próprias, e que as distinguem entre si. A diferença é, assim, uma característica das pessoas. O reconhecimento de que todas as pessoas são iguais em direitos, mas consideradas e respeitadas nas suas diferenças, é uma condição das sociedades inclusivas, livres e democráticas.

No ano 2009, Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo opcional, reforçando e complementando a Constituição da República Portuguesa. A Convenção tem como objetivo promover, proteger e garantir os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, promovendo o respeito pela sua dignidade e reconhecendo a sua autodeterminação.

Segundo o **Observatório da Deficiência pública “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2023”**, em 2020, a taxa de desemprego nas pessoas com deficiência em Portugal situava-se nos 20,3%, ultrapassando em 8,5 pontos percentuais a média dos países da União Europeia. A mesma fonte revela que em Portugal a taxa de desemprego foi ligeiramente superior nas mulheres com deficiência (21,1%) do que nos homens com deficiência (18,9%), seguindo a tendência verificada na população sem deficiência e na média europeia.

No Município de Lousada existem diferentes respostas para as pessoas com deficiência, assim o Concelho dispõe de uma Instituição de Solidariedade Social, especializada, que disponibiliza Lar Residencial e Centro de Atividades, Capacitação e Inclusão (CACI). Quando analisamos as taxas de ocupação percebemos que estas respostas são de extrema necessidade para o Concelho e para a região, dado que a taxa de procura para lar residencial é de 925% e de 120% para o CACI. Deste modo, podemos constatar que apesar do Concelho apresentar respostas, são insuficientes para colmatar as necessidades desta população.

3.2.3.1. Respostas sociais à deficiência

Tabela 50: Resposta social: Centro de Atividades, Capacitação e Inclusão (CACI)

CACI			
Nº Equipamentos	Capacidade Total	Nº Utentes	Nº de Lista de Espera
1 (ACIP)	30	30	36

Fonte: ACIP, 2024

No que respeita ao CACI, verificamos (tabela 50) que existe um equipamento, Ave Cooperativa Intervenção Psico-Social, C.R.L, (ACIP), sendo a sua capacidade total de 30 utentes, no entanto destes 28 beneficiam de acordo de cooperação com a Segurança Social e 2 utentes são sem acordo.

Tabela 51: Resposta social: Lar Residencial

Lar Residencial			
Nº Equipamentos	Capacidade Total	Nº Utentes	Nº de Lista de Espera
1 (ACIP)	12	12	111

Fonte: ACIP, 2024

Relativamente ao Lar (tabela 51), concluímos que existe um equipamento (ACIP), sendo a sua capacidade total de 12 utentes, no entanto destes 11 usufruem de acordo de cooperação com a Segurança Social e 1 utente não beneficia de acordo.

Em relação aos apoios por deficiência verificamos o seguinte:

Tabela 52: Tipo de Bonificação

Tipo de Bonificação	Nº de Beneficiários				
	2020	2021	2022	2023	2024
Subsídio por Assistência ao filho com deficiência/ Doença Crónica	11	11	15	22	19
Subsídio por Frequência de Estabelecimento de Educação Especial	369	355	281	223	195
Bonificação por Deficiência	1009	954	836	789	697
Subsídio por Assistência a Terceira Pessoa	93	91	88		

Fonte: Segurança Social, 2024

Através da análise da tabela 52, relativa aos apoios para a deficiência, verificamos que no Subsídio por Assistência ao filho com deficiência/ Doença Crónica, há um ligeiro aumento de

2020 para 2024, de 4 indivíduos, nos restantes subsídios verifica-se uma diminuição no número de apoios de 2020 para 2024.

Tabela 53: Nº de Beneficiários da Pensão Social de Inclusão

Nº de Beneficiários da Pensão Social de Inclusão, 2022 Grupo Etário							
	Total	<25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
Lousada	682	67	31	183	118	113	170

Fonte: INE, 2024

Tabela 54: Nº de beneficiários de Prestação Social de Inclusão

Nº de beneficiários de Prestação Social de Inclusão 2023 e 2024	
Ano	Nº de beneficiários
2023	820
2024	874

Fonte: Segurança Social, 2024

Através da análise acima verificamos que no ano 2024 (tabela 54) existiu um aumento de 54 beneficiários no que concerne a Prestação Social de Inclusão (PSI) quando comparado ao ano de 2023 e ao ano de 2022 (tabela 53).

3.2.4. Migrantes

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) define um migrante como qualquer pessoa que se mude ou se desloque através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado longe do seu local habitual de residência, independentemente do estatuto legal da pessoa; do movimento ser voluntário ou involuntário; das causas do movimento; ou da duração da estadia.

A relação de Portugal com a questão das migrações não tem sido homogénea. Recentemente, passou de ser considerado um país de emigração na União Europeia, do qual as pessoas saem à procura de melhores oportunidades financeiras, para ser considerado também um país de imigração, recebendo cada vez mais imigrantes e estrangeiros para viver e trabalhar.

O número de imigrantes residentes em Portugal tem vindo a aumentar consecutivamente nos últimos anos. Em 2020 verificou-se novamente um acréscimo da população estrangeira residente, com um aumento superior a 12% face a 2019, registando assim um valor total de

662.095 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência, valor mais elevado registado (Reis, Sousa, & Machado, 2021).

Segundo os dados do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020 emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), podemos verificar que Portugal assumiu o 18º lugar entre os 27 países do espaço europeu com estrangeiros residentes. As cinco nacionalidades com mais imigrantes residentes em Portugal em 2020 eram, Brasil, Reino Unido, Cabo Verde, Roménia e Ucrânia.

No que concerne, ao Concelho de Lousada, o número de estrangeiros a residir em Lousada tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Segundo o INE, em 2021 contabilizaram-se 493 estrangeiros com o estatuto legal de residente, o que correspondia apenas a 1% da população residente no Concelho.

Tabela 55: População estrangeira a residir em Lousada

População estrangeira a residir em Lousada Freguesias								
Local de residência à data dos Censos	Total	Portuguesa	Estrangeira	Europa	África	América	Ásia	Oceânia
Lousada	47364	46871	493	102	59	268	62	2
Aveleda	2127	2109	18	2	4	12	0	0
Caíde de Rei	2423	2403	20	3	4	13	0	0
Lodares	2063	2038	25	3	6	11	5	0
Macieira	1285	1275	10	0	0	6	4	0
Meinedo	3800	3762	38	9	0	29	0	0
Nevogilde	2451	2439	12	8	0	2	2	0
Sousela	1789	1773	16	1	2	10	2	1
Torno	2451	2432	19	6	2	4	7	0
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	2140	2118	22	7	0	15	0	0
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	7552	7435	117	22	39	49	7	0
União das freguesias de Figueiras e Covas	2145	2125	20	3	0	17	0	0
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	5815	5743	72	15	0	35	22	0
União das freguesias de Nespereira e Casais	3434	3422	12	6	0	2	4	0
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	6594	6513	81	14	2	59	5	1
Vilar do Torno e Alentém	1295	1284	11	3	0	4	4	0

Fonte: INE, 2024

Através da análise dos dados (tabela 55) do Instituto Nacional de Estatística (INE), podemos verificar que existem 102 indivíduos vindos da Europa (56 indivíduos da União Europeia e 46 indivíduo de outros países da Europa), 59 indivíduos são provenientes de África, 268 vindos da América (2 indivíduos do Canadá, 2 da Argentina, 238 pertencentes ao Brasil, 9 de origem Venezuelana e 17 de outros países da América), 62 indivíduos com origem Asiática e 2 provenientes da Oceânia. Deste modo, podemos aferir que a comunidade Brasileira apresenta maior representação no Concelho de Lousada.

Numa ótica por freguesias, é possível atestar que a União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem apresenta maior número de população estrangeira, num total de 117 indivíduos e a freguesia Vilar do Torno e Alentém com menor representatividade, com 11 indivíduos.

Tabela 56: Caracterização do Gabinete de Apoio ao Emigrante

Designação da Instituição	Câmara Municipal de Lousada
Contacto	255820500
Designação do projeto	Gabinete de Apoio ao Emigrante
Área/temática de intervenção	O Gabinete de Apoio ao Emigrante é uma estrutura de apoio aos emigrantes residentes e não residentes em Portugal, bem como aos seus familiares.
Grupo-alvo/beneficiários	Emigrantes residentes e não residentes em Portugal
Necessidade/problema social a que pretende responder	Responder às necessidades dos emigrantes.
Principais ações implementadas	Apoio a população emigrada, imigrada e toda a população que pretenda iniciar um processo migratório; Apoio no regresso e reinserção em Portugal, contribuindo na resolução de problemas apresentados.
Recursos disponibilizados à comunidade	Gabinete de atendimento e acompanhamento.

Fonte: Município de Lousada – Ação Social, 2024

Face ao número de emigrantes o Município de Lousada dispõe de um Gabinete de Apoio ao Emigrante, residentes e não residentes em Portugal (tabela 56), tendo em 2020 efetuado 167 atendimentos (tabela 57), da qual se verificou um decréscimo nos seguintes anos. Contudo de 2022 para 2023 verificou-se um aumento de 86 atendimentos para 146.

Tabela 57: Nº de atendimentos do Gabinete de Apoio ao Emigrante

Nº de Atendimentos do Gabinete de Apoio ao Emigrante			
2020	2021	2022	2023
167	145	86	146

Fonte: Gabinete de Apoio ao Emigrante - Município Lousada, 2024

3.3. Área da Pobreza e Exclusão Social

O **conceito de pobreza** está relacionado com a ausência de condições básicas para a garantir a sobrevivência com qualidade e dignidade.

Contudo, a pobreza também pode manifestar-se pela impossibilidade de participar em atividades e ter as condições de vida e conforto consideradas habituais na sociedade, como por exemplo, acesso às atividades culturais, educacionais e à saúde. Reforçamos ainda, que a pobreza se refere aos meios que uma pessoa necessita para alcançar os padrões mínimos e participar, com normalidade, na sociedade.

A **exclusão social**, refere-se quando não existe um verdadeiro exercício dos direitos e deveres enquanto cidadãos, como por exemplo, uma situação de pobreza, etnia, religião, entre outros. É o simples facto de não sermos respeitados pelas nossas diferenças e na individualidade do Ser Humano, ou seja, a não-aceitação do que é diferente, o que leva ao desrespeito pelas características do outro.

Perante a crise pandémica que teve início em 2020, Portugal confrontou-se de forma, quase imediata, com um forte aumento da pobreza ou exclusão social e dos restantes indicadores associados, o que originou um contexto de sucessivas mudanças.

Segundo os dados de 2020 e 2021, Portugal foi o segundo país da União Europeia com maior aumento do risco de pobreza ou exclusão social com um aumento de 12% da taxa face ao ano anterior. Apesar deste forte impacto inicial, o inquérito de 2022 aponta para uma importante recuperação no período seguinte, sendo Portugal o país com maior redução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social (-10%) passando de 22,4% em 2021, para 20,1% em 2022 (INE, 2021).

Importante ressaltar, que estes indicadores espelham o agravamento das condições de vida relacionado com o elevado aumento do custo de vida e com o aumento da inflação, tendo início em 2021, mas que é fortemente impactado pela Guerra da Ucrânia a partir de março de 2022 e o aumento da taxa de juro de referência pelo Banco Central Europeu (BCE) a partir de julho de 2022.

Conhecer esta evolução permite-nos refletir sobre a vulnerabilidade aos momentos de crise. Por outro lado, o carácter longitudinal destes dados permite-nos identificar padrões sobre os grupos mais vulneráveis e desmistificar alguns preconceitos que ainda prevalece na sociedade portuguesa sobre a população em risco de pobreza.

Por fim, é imperioso reforçar que estes dois conceitos são uma violação dos Direitos Humanos, e que nós, enquanto sociedade deveremos ser promotores de uma dignidade humana e lutar para que esta seja uma prioridade e que todos possam ser cidadãos ativos numa sociedade inclusiva.

3.3.1. Comportamento Aditivo e Dependências

O Conceito de comportamento aditivo e dependências é bastante complexo, pois estamos perante um difícil desafio, influenciado por uma variedade de fatores, nomeadamente, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Estes fenómenos vão mais além do que apenas o uso abusivo de substância psicoativas, mas pela diversidade de atividades compulsivas com impacto na vida do indivíduo e no contexto onde esta inserido. Resultam de um processo complicado e desafiante para os envolvidos.

No entanto, o **comportamento aditivo** remete para a compulsão ou necessidade urgente de realizar uma determinada atividade, nomeadamente, uso excessivo da internet, jogo patológico, compra compulsivas, entre outros. Apesar desta tipologia de comportamento não envolver o consumo de substâncias, criam uma sensação de prazer ou alívio temporário, o que leva ao processo de repetição do referido comportamento apesar das consequências negativas que acarretam para o indivíduo.

Relativamente ao conceito das **dependências**, está amplamente associado ao consumo de substâncias (álcool, tabaco, drogas ilícitas, medicação) caracterizada pela necessidade física e/ou psicológica continua da substância.

Ressalva-se que o comportamento aditivo e as dependências partilham características comuns, como a perda de controlo sobre um determinado comportamento ou consumo.

Dados estatísticos Concelho de Lousada

Com base nos dados obtidos pela Equipa de Tratamento da DICAD (Divisão de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências), é possível aferir que estão inscritos nesta estrutura com residência no concelho e Lousada, cerca de 213 utentes, na qual, 181 são do sexo masculino (tabela 58). Relativamente aos escalões etários verificamos que os indivíduos entre os 50-59 anos apresentam maior acompanhamento neste tipo de estruturas (tabela 59).

Tabela 58: Perfil das pessoas em acompanhamento nas estruturas da DICAD com residência em Lousada por Sexo

Sexo	
Masculino	181
Feminino	32
Total	213

Fonte: SIM (Sistema de Informação Multidisciplinar)

Tabela 59: Perfil das pessoas em acompanhamento nas estruturas da DICAD com residência em Lousada por Escalão Etário

Utentes residentes no Concelho de Lousada e escalões etários	Ativos	Novos	Total Geral
10-19 anos	2	1	3
20-29 anos	4	10	14
30-39 anos	17	14	31
40-49 anos	53	9	62
50-59 anos	53	20	73
60-69 anos	20	8	28
70-79 anos	2		2
Total Geral	151	62	213

Fonte: SIM (Sistema de Informação Multidisciplinar)

Tendo em consideração a tabela 60 é possível verificar que os utentes que se encontram em acompanhamentos nas estruturas do DICAD possuem o 2º ciclo do ensino básico e encontra-se profissionalmente em situação ativa e regular.

Tabela 60: Utentes residentes no Concelho de Lousada e habilitações literárias

Habilitações literárias	Ativos	Novos	Total Geral
1º Ciclo do Ensino Básico	51	23	74
2º Ciclo do Ensino Básico	61	19	80
3º Ciclo do Ensino Básico	18	13	31
Desconhecido	1	1	2
Ensino Secundário	3	4	7
Frequência Universitária		2	2
Sem escolaridade	12		12
Sem escolaridade, mas sabe ler e escrever	5		5
Total Geral	151	62	213

Fonte: SIM (Sistema de Informação Multidisciplinar)

Tabela 61: Utentes residentes no Concelho de Lousada e situação profissional

Situação profissional	Ativos	Novos	Total Geral
Desconhecido	2	1	3
Desocupado há menos de um ano	13	2	15
Desocupado há um ano ou mais	53	11	64
Estudante/ Formação Profissional	3	4	7
Outra situação	4	1	5
Reformado/Pensão Social por idade	7	2	9
Reformado/Pensão Social por invalidez	5	1	6
Trabalho estável/regular	54	32	86
Trabalho ocasional	10	8	18
Total Geral	151	62	213

Fonte: SIM (Sistema de Informação Multidisciplinar)

No que se refere à trajetória de vida profissional revelam maior dificuldade na área da empregabilidade (tabela 61). Apresentam percursos profissionais marcados por: empregos pouco qualificados; baixa durabilidade; precariedade e desemprego de longa duração.

Tabela 62: Utentes residentes no Concelho de Lousada e substância Principal

Utentes residentes no Concelho de Lousada e substância principal	Ativos	Novos	Total Geral
Problemas Ligados Álcool (PLA)	81	41	122
Buprenorfina	1		1
Cannabis	4	5	9
Cocaína	3	4	7
Heroína	57	7	64
Jogo		2	2
Sem Droga Principal	1		1
Sem Informação	4	3	7
Total Geral	151	62	213

Fonte: SIM (Sistema de Informação Multidisciplinar)

De acordo com a tabela 62, reforçamos que a substância principal com maior incidência no concelho são os Problemas ligados ao álcool (PLA) com 122 utentes residentes no território. No entanto, o consumo de substâncias ilícitas, é uma realidade muito presente, podendo ser resultado das características do próprio território, no que se refere a acessibilidade para o tratamento. Sendo este um fator de risco, colocando este território em situação de

vulnerabilidade face ao consumo de substâncias psicoativas e que poderá não traduzir a verdadeira dimensão do problema.

3.3.2. Saúde Mental

Em 7 de junho de 2023, a Comissão Europeia adotou uma nova abordagem, mais abrangente, acerca da Saúde Mental, que ajudará os Estados-Membros e as partes interessadas a tomarem rapidamente medidas para fazer face aos desafios.

Após uma ampla consulta dos Estados-Membros, das partes interessadas e dos cidadãos, foi concebida uma **abordagem abrangente da saúde mental, orientada para a prevenção e que envolve várias partes interessadas**. Assim, a nova abordagem reconhece que a saúde mental engloba de forma significativa muitos outros domínios de intervenção, tais como o emprego, a educação, a investigação, a digitalização, o urbanismo, a cultura, o ambiente e o clima. Esta abordagem transetorial visa equiparar a saúde física à saúde mental.

Em Portugal, tal como em outros países, é difícil determinar a proporção exata da população portuguesa afetada por perturbações da saúde mental num dado momento, devido a limitações metodológicas específicas que conduzem frequentemente a uma subavaliação do peso real das perturbações mentais.

De acordo com o relatório *Health at a Glance 2018*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 18,4% da população portuguesa sofre de doença mental, onde se inclui ansiedade, depressão ou problemas com o consumo de álcool e drogas (quase um quinto da população portuguesa) (OECD & European Union, 2018). Já em relação à média europeia esta situa-se nos 17,3%, ou seja, as estimativas apontam para perto de 84 milhões de pessoas sofrem de doença mental (gráfico 13).

Os problemas mais comuns são ansiedade, com uma estimativa de 25 milhões de pessoas a viver com este problema, seguido de depressão, que afeta 21 milhões de pessoas. Estima-se que 11 milhões de indivíduos na Europa tenham problemas de consumo de álcool e/ou drogas. Doenças mentais graves como a doença bipolar afeta quase cinco milhões de pessoas e a esquizofrenia 1,5 milhões.

Gráfico 13: Health at a Glance 2018

Fonte: OCDE/EU, 2018

Segundo as estimativas de prevalência do Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME) da Universidade de Washington, mais de 2,25 milhões de pessoas em Portugal sofriam de uma perturbação de saúde mental em 2019 (gráfico 14), o que representa 22% da população, um valor superior à média de 16,7 % da EU (IHME, 2022, cit. por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023). As perturbações de ansiedade foram as mais frequentes, afetando cerca de 9% da população, seguidas das perturbações depressivas (6%) e das perturbações associadas ao consumo de álcool e de drogas (4%), como podemos verificar no gráfico 14. A elevada prevalência de perturbações de saúde mental em Portugal afeta significativamente o bem-estar dos seus cidadãos e tem implicações profundas para a economia. Com base nas estimativas acima referidas, em 2019, as perturbações de saúde mental resultaram na perda de quase 310 000 anos de vida produtiva (IHME, 2022, cit. por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023). Além disso, em 2021 os gastos económicos associados aos transtornos mentais representaram mais de 4,2% do PIB nos países da OCDE.

Estes custos estão diretamente associados com os tratamentos necessários, no entanto, mais de um terço está relacionado a menores taxas de emprego e perda de produtividade.

Por fim, e com base no relatório, 67% das pessoas que pretendem beneficiar de cuidados de saúde mental disseram ter dificuldade em obtê-lo.

Gráfico 14: Perturbação de saúde mental em 2019

Fonte: IHME, 2019, citado por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023

Gráfico 15: Prevalência da depressão em função do rendimento

Fonte: IHME, 2019, citado por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023

Em Portugal, a disparidade na prevalência da depressão em função do rendimento é menor do que a média EU (gráfico 15), especialmente no caso dos homens portugueses. Com base nos dados recolhidos no inquérito de autoavaliação do estado de saúde, a prevalência da depressão em Portugal foi superior a 12% em 2019 (IHME, 2022, cit. por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023). Este valor excedeu a média da UE em 5 pontos percentuais, o que faz de Portugal o país da UE com a mais elevada taxa de depressão reportada. Tal como noutros Estados-Membros da UE, a população masculina portuguesa apresenta taxas de depressão mais baixas (7,5%), em comparação com a população feminina (16,3 %). No entanto, os dados de Portugal revelaram a maior disparidade de género na prevalência da depressão em toda a UE, sendo que 2,2% mulheres por cada homem declaram sofrer de depressão, em comparação com o rácio médio da UE de 1,6% mulheres por cada homem (IHME, 2022, cit. por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023). Esta disparidade de género significativa resulta provavelmente de uma combinação de fatores, incluindo o estigma interiorizado pelos homens, que dificulta o seu reconhecimento da doença e a subsequente procura de ajuda. Em contraste com a tendência geral na UE, onde os níveis de rendimento mais elevados estão sistematicamente associados a uma menor prevalência de depressão, a distribuição da depressão reportada em Portugal não estava em consonância com os níveis de rendimento. A população portuguesa apresentou uma maior prevalência de depressão (16,6%) do que a incluída no quintil de rendimentos mais baixo (14,5%) (Eurostat, 2019 cit. por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023). No contexto deste padrão mais matizado, continua a ser evidente uma relação clara entre o rendimento e a prevalência da depressão. A população portuguesa incluída no quintil de rendimentos mais baixo tinha o dobro das probabilidades de sofrer de depressão em comparação com os 20 % de população incluída no escalão de rendimento mais elevado, embora este rácio fosse inferior à média da EU (Eurostat, 2019 cit. por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023).

Em Portugal, o suicídio constitui um problema de saúde pública muito significativo, representando 0,76% de todas as mortes em 2020 (OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023). Embora os fatores que contribuem para o suicídio sejam diversificados e complexos, a investigação extensiva e a prática clínica permitem identificar os problemas de saúde mental como fatores de risco importantes. Como podemos verificar, noutros países da UE, as taxas de suicídio em Portugal apresentam uma acentuada disparidade de género, com uma incidência significativamente mais elevada na população masculina. Entre 2016 e 2020, a taxa média anual de suicídio entre os homens portugueses foi quase quatro vezes

superior à das mulheres. Em 2020, a taxa de suicídio em Portugal (gráfico 16) situou-se em 8,5% por cada 100 000 habitantes, ou seja, cerca de um quinto abaixo da média da EU (Eurostat, 2020, cit. por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023).

Gráfico 16: Taxa de suicídio em Portugal

Fonte: Base de dados Eurostat, 2020 citado por OECD & European Observatory on Health Systems and Policies, 2023

3.3.2.1. Saúde Mental | Lousada

Gráfico 17: Número de utentes inscritos no ACES e número de utentes com prescrição de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, por grupo etário e sexo, no ACES em 2021

Fonte: ACES, 2021

Com base no presente gráfico 17 podemos aferir que no ano de 2021 há mais mulheres do que homens com prescrição médica. Porém, o número de inscritos no ACES é muito próximo em ambos os géneros. É de salientar que, é na faixa etária dos 55- 59 anos em ambos os géneros que se verifica o maior número de prescrições de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos.

Tabela 63: Taxa de mortalidade por suicídio e outras lesões autoinfligidas, no ACES, por sexo e prematura (<75anos), em 2010, 2015 e 2020

ACES	2010	2015	2020
Sexo feminino	-	-	4,9
Sexo masculino	10,77	11,12	11,35
<75 anos	5,69	3,49	8,73

Fonte: ACES, 2021

Tabela 64: Cobertura (%) de utentes inscritos, com médico de família e enfermeiro de família atribuídos

	Médico de Família %	Enfermeiro de Família %
ARS NORTE	96,4	97,8
ACES	99,9	98,8

Fonte: ACES, 2021

Na presente tabela 63 é possível aferir a percentagem de utentes inscritos na Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte e no ACES. Na região do Tâmega e Sousa podemos verificar que 99,9% da população tem cobertura de médico de família e 98,8% da população tem atribuído Enfermeiro de Família. Como verificamos na tabela 64 comparativamente à região Norte, estamos numa região com boas respostas na área da saúde familiar.

Tabela 65: Proporção de utilização [%] das UF e SU e média de consultas por utente [x], da população inscrita no ACES e na ARS Norte

	Utilizadores UF (%)	Utilizadores SU (%)	Consultas UF por utente ($\bar{x}$)	Consultas SU por utente ($\bar{x}$)
ARS NORTE	78	28	6,4	1,9
ACES	80	22	6,3	1,9

salFonte: ACES, 2021

Na seguinte tabela 65 é possível analisar a proporção das Unidades Familiares (UF), Serviço de Urgência (SU) e média de consultas por utente da população inscrita no ACES e ARS Norte. No

ACES, 80% da população é utilizador da Unidade Familiar e 22% é utilizador do Serviço de Urgência. Em média nas Unidades Familiares do ACES existem 6,3 consultas por utente, e no serviço de urgência 1,9 consultas por utente.

3.3.2.2. Equipa de Saúde Mental Comunitária

Assim, face à necessidade no concelho de aproximar os serviços da população, com particular enfoque nos agregados familiares mais desfavorecidos para assegurar respostas focadas na prevenção e no tratamento, criou-se a Equipa Comunitária de Saúde Mental (ECSM) (Tabela 66). Sendo uma parceria entre a autarquia e o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, contando ainda com a colaboração da Autoridade de Saúde Pública Local e do Agrupamento de Centros de Saúde local. Esta equipa acompanha atualmente 60 doentes com Doença Mental Grave, de forma a reduzir o estigma e a discriminação em relação às pessoas com doença mental, o modelo de abordagem passa por assegurar que o tratamento decorre na comunidade, em articulação com outros profissionais de saúde e outros níveis de cuidados.

Tabela 66: Constituição da Equipa Multidisciplinar

Constituição da Equipa Multidisciplinar	
1	Médico Psiquiatra
2	Enfermeiras
1	Psicóloga
1	Técnico Social

Fonte: Município de Lousada - ESMC, 2024

3.3.3. Disfuncionalidade e desestruturação individual e familiar

Relativamente esta dimensão da Disfuncionalidade e destruturação individual e familiar, pretende-se conhecer a diversidade familiar em matéria de parentalidade, nomeadamente, as atitudes face às famílias clássicas e monoparentais.

Famílias Clássicas

A leitura detalhada dos dados da tabela 67 denota que o concelho de Lousada, ao nível dos agregados domésticos privados está dividido por agregados com uma pessoa (2329), duas

peçoas (4782), três peçoas (4785), 4 peçoas (3557) e 5 ou mais peçoas (1252). Comparativamente com as freguesias do concelho de Lousada, a União de freguesias de Cristelos, Boim e Ordem destacam-se pelo número de agregados domésticos mais elevados, com 2650 agregados, sendo estes com três peçoas os que mais se destacam (777 agregados). As freguesias com menor expressão são Macieira com 459 e Vilar do Torno e Alentém com 482 agregados domésticos privados. Nestas freguesias, são igualmente os agregados compostos por duas peçoas que possuem o maior indicador.

Tabela 67: Agregados das Famílias Clássicas em 2021

Agregados das Famílias Clássicas em 2021						
Local de residência	Total	1 Pessoa	2 Pessoas	3 Pessoas	4 Pessoas	5 ou mais Pessoas
Portugal	4149096	1027871	1382996	894451	611861	231917
Norte	1380696	290181	450114	328279	226902	85220
Tâmega e Sousa	148154	24756	44811	38513	29343	10731
Lousada	16705	2329	4782	4785	3557	1252
Aveleda	738	93	196	233	162	54
Caíde de Rei	889	152	263	231	180	63
Lodares	700	75	206	194	164	61
Macieira	459	69	133	131	88	38
Meinedo	1361	210	405	366	269	111
Nevogilde	822	94	225	229	189	85
Sousela	631	90	177	170	147	47
Torno	869	136	241	234	181	77
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	770	125	224	202	156	63
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	2650	343	762	777	590	178
União das freguesias de Figueiras e Covas	732	93	185	218	175	61
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	2072	273	598	631	436	134
União das freguesias de Nespereira e Casais	1173	138	328	339	262	106
União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	2357	359	693	693	463	149
Vilar do Torno e Alentém	482	79	146	137	95	25

Fonte: INE, 2024

Famílias Monoparentais

No que concerne às famílias Monoparentais (tabela 68), é possível observar a existência de 2115 agregados monoparentais no concelho de Lousada. Deste total, 1 840 desses agregados são compostos por Mães com filhos e apenas 275 tem como responsável figura paterna.

Comparativamente à região do Tâmega e Sousa, Lousada é o Concelho com um maior número de famílias monoparentais, sendo em Resende que se regista um menor número de famílias monoparentais (436).

Tabela 68: Agregados Monoparentais

Agregados Monoparentais	2021		
	Total	Pai com filhos	Mãe com filhos
Portugal	579 971	83 629	496 342
Continente	549 265	79 386	469 879
Tâmega e Sousa	18 943	2 547	16 396
Amarante	2 582	353	2 229
Baião	684	90	594
Castelo de Paiva	679	116	563
Celorico de Basto	788	118	670
Cinfães	793	90	703
Lousada	2 115	275	1 840
Marco de Canaveses	2 391	298	2 093
Paços de Ferreira	2 639	367	2 272
Penafiel	3 330	423	2 907
Resende	436	85	351

Fonte: INE, 2021

Relativamente às freguesias de Lousada, verificamos que a União de Freguesias Cristelos Boim e Ordem apresenta o maior número de famílias monoparentais (16.62%) e com 16,59% na União de Freguesias de Figueiras e Covas (gráfico 18).

Gráfico 18: Percentagem de Famílias Monoparentais no Concelho de Lousada

Fonte: INE, 2021

3.3.4. Sem Abrigo

Considera-se **sem abrigo** aquela pessoa que independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, apresenta-se sem teto e a habitar num espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário, ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito (Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho).

Em **espaço público**, entende-se por espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes ou outros. No entanto, **abrigo de emergência** é qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local

de pernoita. Outra possibilidade de alojamento são os **locais precários**, que devido às condições em que se encontram permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas ou outros.

Por fim, o **alojamento temporário** são equipamentos que acolhem pessoas que não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção. Corresponde, por exemplo, à resposta social da nomenclatura da Segurança Social ou outras de natureza similar, designada por Centro de Alojamento Temporário: *“resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.” (Resolução do Conselho de Ministros nº107/2017, de 25 de julho).*

De acordo com os dados apresentados na tabela 69, é possível verificar que no ano 2021 ao nível nacional existiam 2127 pessoas em situação de sem abrigo, sendo que dos quais 1 817 homens e 310 mulheres. Na região do Tâmega e Sousa estão presentes 17 pessoas em situação de sem abrigo, entre eles 15 homens e 2 mulheres. O território de Lousada apresenta uma realidade diferenciada, em que não existem presença ou sinalização de pessoas em situação de sem abrigo.

Tabela 69: Nº de sem abrigo em 2021

Nº de sem abrigo em 2021			
Sem abrigo	HM	Homens	Mulheres
Portugal	2 127	1 817	310
Continente	1 990	1 702	288
Tâmega e Sousa	17	15	2
Amarante	2	2	0
Baião	0	0	0
Castelo de Paiva	0	0	0
Celorico de Basto	0	0	0
Cinfães	0	0	0
Felgueiras	11	9	2
Lousada	0	0	0
Marco de Canaveses	0	0	0
Paços de Ferreira	4	4	0
Penafiel	0	0	0
Resende	0	0	0

Fonte: INE, 2021

3.4. Área da Exclusão Estrutural

No contexto de exclusão social, existem diferentes formas e graus de exclusão, que se apresentam como Exclusão Estrutural. Podendo ser definida como resultado do processo seletivo do mercado, que não garante emprego a todos, gerando contínua desigualdade.

3.4.1. Desemprego

O desemprego em Portugal continental tem vindo a aumentar de forma considerável. Em julho de 2023 estavam desempregadas 40 755 pessoas inscritas no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Atualmente (julho 2024) temos inscritos no IEFP 45 348 pessoas desempregadas em Portugal Continental.

Tabela 70: Desempregados por faixa etária

Concelho	Grupo Etário	Grupo Etário	Grupo Etário	Grupo Etário	Total	Ano
	< 25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos ou +		
Lousada	104	184	393	434	1115	2023
	149	286	621	551	1607	2024

Fonte: IEFP,2024

No concelho de Lousada temos, à data de julho de 2024, 1607 pessoas desempregadas, inscritas no IEFP. Número esse que tem vindo a subir, uma vez que, no mesmo mês no ano de 2023 tínhamos 1115 inscritos.

Na tabela 70 podemos verificar que o maior número de desempregados, no Concelho de Lousada, está situado na faixa etária dos 35-54 anos. Enquanto, no ano de 2023 o maior número de desempregados se encontrava na faixa etária com 55 anos ou mais, o que não acontece junto dos mais jovens, pois na faixa etária com menos de 25 anos Lousada tem 149 desempregados (2024) ainda assim, mais alta que no ano de 2023 (104).

Tabela 71: Desempregados por género

Desempregados por género				
Lousada	H	M	H	M
	2023		2024	
	396	719	527	1080

Fonte: IEFP, 2024

Com base na tabela 71 podemos verificar que é no género feminino que se encontra o maior número de desempregados (1080). Embora já em 2023 fosse nas mulheres que se centrava o maior número de desempregados, este valor também aumentou.

Tabela 72: Tempo de Inscrição e Situação face ao Emprego

Lousada	Tempo de inscrição		Situação face ao emprego		Total	Ano
	< 1 ano	1 Ano ou mais	1º Emprego	Novo Emprego		
	613	502	51	1064	1115	2023
1071	536	82	1525	1607	2024	

Fonte: IEFP, 2024

No que diz respeito ao tempo de inscrição dos desempregados (tabela 72) do concelho de Lousada, na maioria, estes ficam menos de um ano nesta situação (613). Já na situação face ao emprego, a maioria dos desempregados (1064) pretende obter um novo emprego e apenas 51 desempregados está à procura do 1º emprego.

Tabela 73: Motivo de Inscrição no IEFP

Concelho	Motivos de Inscrição							Total	Ano
	Ex-Inactivos	Despedido	Despediu-se	Despedimento mútuo acordo	Fim trab. não permanente	Trabalho conta própria	Outros motivos		
Lousada	24	48	13	5	33	3	23	149	2023
	21	121	22	12	48	3	24	251	2024

Fonte: IEFP, 2024

Relativamente ao motivo da inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional (tabela 73), com base na tabela podemos verificar que a maioria das pessoas (121) foi despedida, o que originou a procura de uma nova ocupação.

Contudo, há diferentes motivos que levam à inscrição no IEFP, como apresenta a tabela acima, sendo os trabalhadores por conta própria os que menos recorrem aos serviços.

Tabela 74: Nível de Escolaridade dos Desempregados

Concelho	< 1º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ensino Superior	Total	Ano
Lousada	48	293	148	231	288	107	1 115	2023
	63	370	264	331	448	131	1607	2024

Fonte: IEF, 2024

Relativamente ao nível de escolaridade dos desempregados, com base na Tabela 74, podemos aferir que o maior número de desempregados tem o Ensino Secundário (448) em contrapartida o indicador com menor incidência são os indivíduos que têm menos que o 1º ciclo (63).

3.4.2. Habitação

Em Portugal, o direito à habitação encontra-se consagrado na constituição desde 1976. De forma, a colmatar o aumento das carências habitacionais que se verificam em território nacional, criou-se a Lei de Bases da Habitação.

No entanto, a habitação nos dias de hoje é um problema em Portugal. Sendo uma das principais razões para esta situação a falta de imóveis acessíveis, o que relacionado com o aumento da procura pelos mesmos, provoca um aumento adicional aos preços da habitação, desproporcionais à grande maioria dos salários em Portugal. Noutros países da união europeia, sucedeu-se a mesma situação, também relacionado com o facto de terem estado expostos a taxas de juro muito baixas durante muito tempo.

Esta situação afeta também os jovens, segundo um estudo efetuado pelo Eurostat, os jovens portugueses saem de casa dos pais numa idade mais avançada em relação aos países europeus (Eurostat, 2021, cit. por Pordata, 2023). Atualmente, com vista a colmatar estas dificuldades, foi aprovado o decreto-lei que estabelece as condições em que o Estado pode prestar garantia pessoal a instituições de crédito com vista à viabilização de concessão de crédito à habitação própria e permanente a jovens até aos 35 anos.

Em Lousada, podemos verificar que em 2022 existiu um aumento de alojamentos familiares clássicos, em relação a 2011, cerca de mais de 1000 alojamentos (tabela 75).

Tabela 75: Alojamentos familiares clássicos, Lousada, 2011 – 2022

Alojamentos Familiares Clássicos	
2011	18 749
2022	20 219

Fonte: Pordata, 2024

Tabela 76: Fogos novos de habitação familiar, por tipologia – 2011 a 2023

Ano	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais
2023	140	1	40	86	13
2011	134	0	6	112	16

Fonte: INE, 2024

Analisando a tabela 76, verificamos que as habitações novas são na sua maioria T3. No entanto, podemos ainda verificar que houve um ligeiro aumento nas construções de novas habitações.

Tabela 77: Valor mediano de avaliação bancário, por m²- Tâmega e Sousa e Lousada

	2020	2016
Tâmega e Sousa	748€	565€
Lousada	725€	542€

Fonte: INE, 2024

No que respeita ao valor médio da avaliação bancária por metro quadrado (tabela 77), podemos verificar que no ano de 2016 em Lousada, o valor por m² era de 542€ e no ano de 2020 era de 725€, o que significa que houve um aumento, o que bem comprovar que a tendência dos valores de habitação tem vindo a aumentar drasticamente. Quando comparamos com o Tâmega e Sousa, percebemos que o mesmo acontece no que respeita ao aumento de valores.

No que respeita ao Município de Lousada, numa perspetiva de integração social e de respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos tem vindo a desenvolver um trabalho fundamental, desde a altura em que promoveu a atribuição das primeiras habitações sociais de um total de 90 fogos construídos em três Freguesias do Concelho de Lousada: Cernadelo, Lustosa e Meinedo, bem como, de acolhimento, integração e acompanhamento das famílias e de auto-organização da população realojada. Com efeito é dada a oportunidade às famílias mais carenciadas do concelho de terem uma casa para morar, onde possam ter todas as condições necessárias para potenciarem o direito ao exercício da cidadania. Ainda, que existam respostas no concelho não são suficientes para a população, tendo atualmente o Município uma lista de espera de 254 inscrições, à qual podemos verificar que destas 175 inscrições são do sexo feminino e 79 são do sexo masculino.

Gráfico 19: Habitação Social por tipologias 2024

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

No que concerne à habitação social gerida pelo Município de Lousada (gráfico 19), podemos aferir que das 90 habitações, 70% das habitações são de tipologia T3 (63 habitações) e 30% de tipologia T2 (27 habitações).

Tabela 78: Caracterização dos agregados familiares por sexo; nº elementos por habitação

Tipologia	Nº de Tipologias	Inquilino por Sexo	
		M	F
T2	24	6	18
T3	64	11	50
Total	88	17	68

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

No presente ano, 2024, 88 famílias residem nas habitações sociais, das quais 24 em habitações T2 e 64 em T3 (tabela 78). As habitações são maioritariamente ocupadas por inquilinos do sexo feminino (68).

Tabela 79: Nº de elementos no agregado familiar por tipologia em 2024

Nº de elementos no agregado familiar por tipologia em 2024						
Tipologia	Número de elementos					
	1	2	3	4	5	6
T2	14	9	1	-	-	1
T3	15	13	18	8	8	2
Total	29	20	19	8	8	3

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

As habitações sociais T2 apresentam entre 1 a 3 elementos constituintes no agregado familiar, sendo que maioritariamente é constituído por 1 elemento, neste caso, o inquilino (tabela 79).

No que diz respeito às habitações T3 apresentam entre 1 a 6 elementos pertencentes ao agregado familiar. Das 64 habitações, 18 são constituídas por 3 elementos do agregado familiar e 15 habitações são constituídas por 1 elemento.

Tabela 80: Sexo dos Elementos no agregado familiar em 2024

Sexo dos Elementos no agregado familiar em 2024			
Tipologia	F	M	Total
T2	5	5	12
T3	49	64	111
Total	54	69	123

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

Em ambas as tipologias de habitação verificam-se que os agregados familiares são maioritariamente do sexo masculino (tabela 80), apresentando uma maior diferenciação entre sexos, na tipologia T3.

Gráfico 20: Tipologias de Habitação

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

Como podemos verificar no gráfico 20 para obter uma Habitação Social no Concelho de Lousada, a lista de espera conta com 254 agregado que aguardam por vaga.

A tipologia T1 é a mais procurada (148) por agregado no concelho, sendo a menos procurada a tipologia T3 (17).

Tabela 81: Habitação por Faixa Etária

Habitação por Faixa Etária					
18-25 Anos	26-35 Anos	36-45 Anos	46-55 Anos	56-65 Anos	>66 Anos
23	44	52	46	49	40

Fonte: Município de Lousada - SAAS, 2024

No que concerne à idade dos agregados que se encontram em lista de espera para obter Habitação Social (tabela 81) no Concelho de Lousada, concentram-se mais na faixa etária dos 36 aos 45 anos (52) e logo a seguir a faixa etária dos 56-65 anos (49). Por fim, é na faixa etária dos mais jovens, dos 18 aos 25 anos que há menos agregados à espera de Habitação.

3.4.2.1. Residências Partilhadas

Atualmente o Município propôs-se em conjunto com a Associação “Ao Encontro das Raízes” lançar um Projeto de Residências Partilhadas denominado “ParTilhado” que se destina a pessoas de baixos rendimentos que vivam isolados e consiste na concessão de direito ao uso de um quarto individual e ao usufruto das partes comuns, numa habitação partilhada com cidadãos em circunstâncias sociais semelhantes. Como tal, existem 2 residências deste tipo no Concelho, sendo 1 residência para o sexo feminino e outra para o sexo masculino, cada uma das habitações é constituída por 4 quartos, assim destas 2 resultam 8 vagas, atualmente ocupadas.

Reconhecendo a importância da modalidade alternativa ao alojamento convencional, a Autarquia promoveu esta iniciativa junto da Associação local, com um modelo inovador que permite conferir privacidade aos seus residentes, bem como um melhor funcionamento das dinâmicas de convivência diária. Desta forma são beneficiadas as famílias unipessoais na esteira da criação de medidas inovadoras que permitam dar resposta adequada aos desafios e realidades do presente.

3.4.2.2. Estratégia local de habitação

A Estratégia Local de Habitação (ELH) visa o apoio ao acesso à habitação digna para todos, através do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1.º Direito (Portal da Habitação, s.d.). A ELHL foi aprovada na Assembleia Municipal de 30 de dezembro 2019, pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.) em 8 de abril de 2020 e o Acordo de Colaboração celebrado em 11 de Setembro de 2020, sendo o Município de Lousada um dos primeiros concelhos do país a avançar com esta iniciativa. Entende-se por 1.º Direito, uma medida de apoio à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivam em condições habitacionais indignas.

Gráfico 21: Estratégia local de habitações

Fonte: Município de Lousada -SAAS, 2024

No que respeita, à estratégia local de habitação (gráfico 21), verificamos que existem 16 habitações abrangidas por esta medida, sendo que se dividem por 4 tipologias (T0, T1, T2 e T3), analisando o gráfico podemos verificar que existem 4 habitações de cada tipologia. Estas habitações situam-se nas freguesias de Boim, Nevogilde, Sousela e Vilar de Torno e Alentém.

Relativamente à habitação social, em Lousada, existe ainda um empreendimento no Bairro Dr. Abílio Alves Moreira, gerido pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), o qual é constituído por 181 habitações sociais e 37 apartamentos privados.

Capítulo IV - Mapeamento SIG das Problemas Sociais

4.1. Dinâmica Demográfica

O mapeamento de indicadores chave facilita a representação da dimensão dos problemas sociais e suas dimensões espaciais, facilitando a interpretação e análise da dinâmica social (Figura 3). Ao usá-los como ferramentas, podemos obter uma compreensão mais explícita dos problemas e desenvolver estratégias mais eficazes para interpretá-los.

Em termos de metodologia utilizada, para a sua elaboração, há que ter em conta alguns pressupostos, para um melhor entendimento da informação:

- Todos os valores em número bruto foram convertidos em percentagem;
- Em termos de cálculo, o valor do indicador da freguesia mais elevado representa 100%;
- Os níveis de análise dos mapas SIG têm os seguintes parâmetros:
 - Nível 1 – Muito Reduzido – de 1% a 20%;
 - Nível 2 – Reduzido – de 21% a 40%;
 - Nível 3 – Intermédio – de 41% a 60%;
 - Nível 4 – Elevado – de 61% a 80%
 - Nível 5 – Muito Elevado – de 81% a 100%
- Foram definidos layouts – código de cores, assim como pressupostos base (o tom de cor mais carregado corresponde ao valor mais elevado e o tom de cor mais leve ao valor mais baixo);
- Alguns mapas representam a taxa de incidência nas freguesias; foram efetuados cálculos individualizados por freguesia através da fórmula: regra de 3 simples, em que 100% corresponde ao número total da população por freguesia e X ao número de indivíduos do indicador em causa.

Mediante o indicador em causa foi ajustada a população base de cálculo:

- Taxa de Incidência em áreas relacionadas com as crianças: População considerada crianças e pessoas jovens com idades entre os 1 – 18 anos;
- Taxa de Incidência em áreas relacionadas com violência doméstica e cuidadores informais: População considerada com idades maiores de 18 anos até ao limite de idades disponíveis;

- Taxa de Incidência em áreas relacionados com famílias beneficiárias de medidas sociais:
População considerada número de famílias residentes nas freguesias para o indicador.

Esta metodologia de mapeamento tornou-se necessária, para que a CIM do Tâmega e Sousa elabore posteriormente o Diagnóstico Social Supramunicipal e dispor assim de informação homogénea, tendo por base a mesma metodologia, assim como a sua interpretação.

Figura 3: Mapeamento

4.1.1. Densidade Populacional de Lousada

Figura 5: Densidade populacional por freguesias

Figura 6: Densidade populacional por freguesias

Figura 4: Densidade populacional por freguesias

Figura 7: Densidade populacional por freguesias

Através das figuras apresentadas (4,5,6 e 7), é possível uma perceção visual da dispersão da população, assim como a representatividade de cada grupo etário, entendendo também que Freguesias se encontram mais vulneráveis em termos de envelhecimento da população, cruzando este indicador com a taxa de natalidade obtida para cada das mesmas.

Do ponto de vista da dispersão da população por Freguesia, através da densidade populacional (Nº de habitantes por Km²) verifica-se que existe alguma homogeneidade dos níveis obtidos, com particular destaque positivo para as U. F. de Cristelos, Boim e Ordem; U. F. de Nespereira e Casais; Nevogilde e Macieira, que se assumem com maior representatividade neste indicador, beneficiando estas da proximidade ao centro da Vila, conseqüentemente a serviços, empresas, bens essenciais, ou no caso da Freguesia de Macieira em específico da sua pequena dimensão ao nível da área. Já em oposição, destacam-se como menos densas do ponto de vista populacional a Freguesia de Sousela, e U. F. de Cernadelo e Lousada (S. Miguel e Santa Margarida), contribuindo aqui a vasta área florestal e a dimensão das próprias Freguesias para uma menor incidência deste indicador.

Em relação à dispersão por grupos etários, como é possível comprovar através da cartografia produzida existe um padrão de maior/menor representatividade de todos os grupos, em praticamente todas Freguesias. Este equilíbrio na representação de grupos por Freguesia demonstra uma harmonia entre as classes etárias, não se verificando casos extremos em que as gerações futuras possam estar comprometidas através de uma população bastante envelhecida num determinado território, cuja população jovem ou adulta (em idade laboral), não seja diretamente proporcional.

4.1.2. Taxa de Natalidade

Do ponto de vista da natalidade, o indicador que retrata o número de nascimentos ao longo de um ano por cada 1000 habitantes (Taxa de Natalidade), encontra-se uniformemente distribuído pelas 15 Freguesias do Município, assumindo 6 delas um valor mais elevado que as demais, porém também o equilíbrio se destaca na representatividade deste dado (Fig. 8).

Figura 8: Taxa de Natalidade

4.1.3. Índice de Envelhecimento | Longevidade

Incidindo a análise sobre a população que já não se encontra em idade ativa, foram mapeados e observados dois indicadores que permitem ter uma visão global desta, nomeadamente da proporcionalidade da população idosa com as restantes, isto de modo a compreender que Freguesias podem estar mais vulneráveis à problemática do envelhecimento generalizado da população no território nacional. Para tal, foi retratado, à escala de Freguesia, o índice de envelhecimento (relação entre a população com 65 anos ou mais, com a população até aos 14 anos de idade) e o índice de longevidade (relação entre a população com idade acima de 75 anos, com a população considerada idosa, acima dos 65 anos de idade).

Quanto ao índice de envelhecimento, é constatado uma homogeneidade generalizada dos dados obtidos, evidenciando-se apenas as Freguesias de Vilar do Torno e Alentém, e Meinedo, cujos valores que apresentam refletem-se num nível de incidência Muito Elevado, face às demais Freguesias (fig. 9).

Já no índice de longevidade, a harmonia na exibição dos dados está igualmente presente, onde todas as Freguesias estão consideradas com valor Elevado ou Muito Elevado de incidência, significando isto que dentro da população idosa, grande parte dela é extremamente envelhecida (acima de 75 anos de idade) (fig.10).

Figura 9: Índice de envelhecimento

Figura 10: Índice de longevidade

4.2. Dinâmica Socioeconómica

Abordando a dinâmica socioeconómica do Município e respetiva Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, foram também analisados e mapeados um conjunto de indicadores que permitem traçar um perfil do tecido económico, da remuneração, setor de atividade, e a relação do trabalhador face ao trabalho, se por conta de outrem, se noutra qualidade. Todos estes indicadores se assumem como preponderantes para uma visão genérica desta dinâmica, e conexão com as demais abordadas no presente documento.

Quanto á caracterização do Tecido Económico e sua dimensão (fig.11,12,13 e 14), relacionando com os valores obtidos nos outros Municípios pertencentes à CIM TS, as Empresas que se encontram em Lousada são predominantemente Micro e Pequenas Empresas, onde é obtido o valor Elevado na representação mapeada destes indicadores, assim como o valor Intermédio e Reduzido nas Médias e Grandes Empresas, respetivamente. Existe assim no Município uma maior representatividade de Empresas com menor dimensão face às existentes em todo o território da Comunidade Intermunicipal.

Figura 12: Caracterização do Tecido Económico e sua dimensão

Figura 11: Caracterização do Tecido Económico e sua dimensão

Figura 15: Ganho mensal

4.2.2. População Empregada por Sector de Atividade

À semelhança da distribuição dos grandes grupos etários, também a População empregada por Setor de Atividade se encontra, na sua generalidade, proporcionalmente distribuída face aos diferentes Setores. Assim, analisando os 3 mapas produzidos, não se verificam valores muito díspares na mesma Freguesia, na representação do Setor Primário, Secundário e Terciário. Naturalmente, os Setores Secundário e Terciário assumem um valor mais elevado nas Freguesias que compõem o centro da Vila, ou nas Freguesias em que população em idade ativa se destaca positivamente (Figura 16, 17 e 18).

Figura 17: População Empregada por Sector de Atividade

Figura 16: População Empregada por Sector de Atividade

Figura 18: População Empregada por Sector de Atividade

4.2.3. Trabalhadores Conta Própria | Conta de Outrem

Já na situação face ao trabalho, foram elaborados mapas que representam a população trabalhadora por conta de outrem; e o quociente de trabalhadores por conta própria, por trabalhadores por conta de outrem. Dos dados recolhidos, analisados e mapeados, é possível ter a perceção que 3 Uniões de Freguesias se sobressaem no que concerne ao número de trabalhadores por conta de outrem. Tal como todos os outros indicadores, também este se encontra relacionado por base no valor mais elevado registado nas demais Freguesias.

Quanto ao quociente de trabalhadores por conta própria, por trabalhadores por conta de outrem 2/3 das Freguesias do Município se encontram com níveis de incidência Elevados e Muito Elevados (Figura 19 e 20).

Figura 19: Trabalhadores por conta própria, por trabalhadores por conta de outrem

Figura 20: Trabalhadores por conta própria, por trabalhadores por conta de outrem

Capítulo V - Síntese das Ações por Problemática

Ao analisarmos áreas tão complexas, como as do Risco, Vulnerabilidade Social, Pobreza e Exclusão Social... somos obrigados a falar no objetivo “**não deixar ninguém para trás**”.

A Agenda 2030 é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas e integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sucessores dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que deverão ser implementados por todos os países e que abrangem áreas tão diversas, mas interligadas, como: o acesso equitativo à educação e a serviços de saúde de qualidade; a criação de emprego digno; a sustentabilidade energética e ambiental; a conservação e gestão dos oceanos; a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis e o combate à desigualdade a todos os níveis (UNRIC, 2015).

Portugal teve uma participação importante no processo de definição desta Agenda 2030, com destaque para a defesa mais vincada dos objetivos de promover sociedades pacíficas e inclusivas, de erradicar todas as formas de discriminação e de violência com base no género e de conservar os mares e oceanos, gerindo os seus recursos de forma sustentável (UNRIC, 2015).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são (fig.21):

Figura 21: Objetivos do desenvolvimento sustentável

Fonte: Portal do INE

Erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares (ODS 1) é uma prioridade. A pobreza constitui uma ação lesiva de acesso a habitação digna, alimentação adequada, cuidados de saúde atempadamente, educação de qualidade, entre outros. Portugal, em 2021 tinha 1,7 milhões em risco de pobreza, apesar de um sistema de proteção alargado, que visa assegurar a manutenção dos direitos básicos das famílias e das pessoas. No entanto, dos vários grupos populacionais, são as crianças e os idosos que com maior frequência são afetados pelo risco de pobreza (UNRIC, 2015).

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (ODS 2) é uma preocupação, no sentido em que a população se encontra em grande número em situação de insegurança alimentar e com aumento ao nível da obesidade, que afetam em muito as condições de saúde (UNRIC, 2015).

ODS 3- Saúde de Qualidade, o objetivo é garantir a melhoria da saúde para todos, dando ênfase à saúde infantil, materna e reprodutiva, doenças transmissíveis e relacionadas com consumos abusivos de substâncias (UNRIC, 2015).

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4), desde o jardim-de-infância ao ensino superior é um dos principais, senão o principal fator, para o desenvolvimento das pessoas, de uma comunidade e da sociedade (UNRIC, 2015).

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas (ODS 5), pretende garantir a melhoria da igualdade entre homens e mulheres, através da eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres (UNRIC, 2015).

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos (ODS 8), é criar condições que permitam que as pessoas tenham empregos estáveis e dignos, que estimulem a economia. Neste sentido devem ser promovidas oportunidades e condições dignas de trabalho para toda a população em idade ativa. Em muitas situações ter um emprego não é uma garantia de eliminação da pobreza (UNRIC, 2015). Progresso lento e desigual pode exigir às sociedades que repensem e reformulem as políticas económicas e sociais destinadas a erradicar a pobreza. A criação de empregos dignos e de qualidade poderá ser um dos grandes desafios para quase todas as economias.

Reduzir as desigualdades (ODS 10) que decorrem de múltiplas condições, nomeadamente desigualdades territoriais, de género ou idade, disparidades decorrentes de classe social, de recursos educacionais, políticas ou de religião (UNRIC, 2015). Este objetivo foca a necessidade de redução da desigualdade económica, medida pela distância entre mais ricos e mais pobres, ao nível nacional e entre países.

O elevado crescimento populacional nas cidades e áreas não urbanas periféricas traz imensos desafios e problemas, tais como habitação.

O ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, visa promover sociedades pacíficas e inclusivas, baseadas no respeito pelos direitos humanos e pela proteção aos mais vulneráveis, garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, bem como construir instituições eficazes, responsáveis

e inclusivas a todos os níveis (UNRIC, 2015). Destacamos neste ODS a evolução da criminalidade e perceção de segurança; os enquadramentos vigentes e progressos relativos ao Estado de Direito e acesso público à informação; bem como o desempenho nacional a nível de participação plena e igualdade de género, direitos humanos e funcionamento das instituições públicas.

Para que o desenvolvimento sustentável seja possível, é necessário o esforço coordenado entre o setor privado, a sociedade civil e o governo, baseado em princípios, valores e numa visão e objetivos compartilhados que se centrem nas pessoas e no planeta, são necessárias a vários níveis: global, nacional, regional e local (ODS 17) (UNRIC, 2015).

Tendo em consideração as ODS abordadas, pretendeu-se apresentar o uma síntese do trabalho realizado junto dos parceiros, de forma a resumir as **principais problemáticas sociais sentidas no Concelho**, bem como, os grupos-alvo, as intervenções prioritárias e ainda as principais áreas de intervenção (respostas tipificadas e não tipificadas).

ÁREA DE RISCO				
ÁREA DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
<p>CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO E CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de crianças com atrasos no desenvolvimento da linguagem e fala; - Crescimento de situações de saúde mental; - Necessidade de terapias várias e diferenciadas (pré-escolar e 1º CEB); - Aumento de alunos/as com problemas de ansiedade; - Isolamento social das crianças e jovens; - Consumo excessivo de jogos digitais; - Aumento de casos de dependências sem substâncias; - Famílias parcialmente disfuncionais com défices de competências de controlo e orientação; - Famílias monoparentais com baixos níveis de subsistência; - Modelos parentais destruturados; - Comportamentos desviantes; - Inexistência de respostas de apoio (ocupacionais em períodos de férias); - Aumento na procura de creches e incapacidade destes equipamentos sociais em terminar com as listas de espera. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço de apoio ao nível da intervenção precoce; - Respostas mais céleres e acompanhamento mais regular na área da saúde infantojuvenil (psicologia e pedopsiquiatria); - Acompanhamento mais regular da psicologia e pedopsiquiatria; - Apoio a crianças e jovens com problemas de aprendizagem; - Maior apoio por parte da Equipa Local de Intervenção; - Identificar e compreender as causas dos problemas, a fim de elaborar estratégias eficazes de intervenção. (através do Serviço de Psicologia e Orientação Escolar, Gabinete de Mediação, Gabinete de Apoio ao Aluno, Terapia da Fala e projeto IGEA); - Formação de assistentes operacionais para alunos com necessidades especiais e/ou sem autonomia; (ex.: alunos com paralisia cerebral, diabetes, trissomia 21, mobilidade reduzida); - Aumento de respostas para crianças e de apoio extracurricular e férias; - Aumento de vagas em Creche. 	<p>Creches ATL's CPCI</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Lousada; - Criação de projeto para a Parentalidade Positiva e equipa técnica multidisciplinar; - Associações de Estudantes; - Descentralização da consulta de jovens (SICAD/CRI) para Lousada; - Criação de uma consulta especializada no Concelho - Novas dependências e comportamentos de risco; - Implementação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental; - Ações de sensibilização destinadas às crianças e jovens nas escolas, com a colaboração da CPCJ; - Colónias de Férias nas interrupções letivas para crianças e jovens com vulnerabilidades; - Criação de novas creches na freguesia de Meinedo (42 lugares); Cristelos (66 lugares); Caíde de Rei (42 lugares); Santo Estevão (44 lugares); alargamento da resposta em Nespereira com a criação de 7 novos lugares.

ÁREA DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Destruturação social e familiar; - Número significativo de casos de violência Doméstica; - Violência doméstica associada a multiproblemas sociais e comportamentais, tais como problemas de saúde mental e de dependência de álcool e outras drogas; - Dificuldades no acesso a serviços de psicologia e psiquiatria; - Aumento de situações de violência no namoro; - Falta de respostas de acolhimento, principalmente para vítimas idosas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de respostas de emergência; - Consciencialização da comunidade - Prevenção Primária; - Proteção à população idosa, como potenciais vítimas de maus-tratos ou de crimes; - Alargamento de consultas de psiquiatria para agressores. 	<p>Gabinete de Apoio à Vítima; GNR; Movimento Sénior; Comunidade escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de prevenção da violência em vários contextos; - Criação de equipas multidisciplinares para intervenção junto dos agressores; - Programas de prevenção e tratamentos; - Sessões de sensibilização em parceria com o Movimento Sénior e GNR. - Criação de uma Comissão de Proteção ao Idoso.
ÁREA DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
EMERGÊNCIA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias com recursos sociais e económicos limitados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alargamento da habitação local de emergência; - Aumento do nº de beneficiários em apoio alimentar. 	<p>Município IRHU</p> <p>IPSS'S Associações Juntas de Freguesias Cantina Social CLDS 5G</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de protocolo com todo o tecido social (IPSS'S, Associações e Juntas de Freguesias), para situações emergência; - Alargamento da habitação local de emergência; - Criação de um equipamento destinado ao acolhimento em situações de emergência social, nomeadamente, destinado a idosos e pessoas com deficiência; - Criação de uma equipa técnica especializada para acompanhamento das vítimas acolhidas; - Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção.

ÁREA DA VULNERABILIDADE SOCIAL

ÁREAS DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
PESSOAS IDOSAS	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de respostas sociais, em equipamentos e no domicílio, adequadas à população idosa. - Aumento de pessoas idosas em situação de isolamento social, necessidade de respostas de apoio 24h de pessoas idosas; - Aumento da longevidade, o que leva ao aumento dos cuidados; - Burnout dos cuidadores formais e informais - Ausência de pessoal especializado, para casos de saúde mental; - Formação de trabalhadores/as das respostas sociais para pessoas idosas; - Necessidade de apoio neurológico e psicológico (aumento de situações de demência). 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de vagas na resposta social em ERPI; - Centro de dia com alargamento de horas de apoio e dias não úteis; - Necessidade de acompanhamento noturno; - Serviço de Apoio Domiciliário, intervenção articulada com a saúde; - Reforço de apoio aos cuidadores informais; - Acolhimento residencial especializado na área da saúde mental; - Acompanhamento psicológico e psiquiátrico; - Estimulação Cognitiva; - Apoio e integração dos idosos isolados em projetos de combate ao isolamento. 	<p>Centros de Dia ERPI SAD CIIAD Movimento sénior Elos de bons tratos CACIL – Sta Casa da Misericórdia Radar Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma ERPI “casa de Louzada”, ACIP; - Intervenção articulada com a saúde ao nível da reabilitação dos cuidados de enfermagem; - Integração de idosos no Movimento Sénior do Concelho de Lousada; - Ações de Sensibilização, acompanhamento e prevenção de situações de risco; - Criação de uma equipa multidisciplinar, com enfoque nas problemáticas da saúde mental da população idosa; - Identificação, sinalização e encaminhamento de situações; - Apadrinhamento dos idosos, pelo projeto Elos de bons tratos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de respostas sociais para pessoas com deficiência; - Sobrecarga dos cuidadores e insuficiência de vagas em equipamentos para descanso do cuidador; - Ausência de pessoal especializado para situações de saúde mental; - Falta de informação sobre os apoios e os direitos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e/ou alargamento de resposta residencial para pessoas com deficiência; - Aumento de vagas para o Centro de Atividades de Capacitação para a Inclusão; - Implementação de programas de ocupação durante os períodos de férias letivas para pessoas com deficiência; - Criação de um CAVI; - Aumento das respostas sociais para aliviar a sobrecarga dos cuidadores; - Acolhimento residencial especializado na área da saúde mental; - Ações de sensibilização sobre os direitos e apoios sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - CACI – Centro de atividades de capacitação para a inclusão; - Lar residencial para a deficiência; - CAAs - Centros de Apoio Aprendizagem; - Aldaf; - Lousavidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de vagas do lar Residencial, da ACIP; - Alargamento das vagas para o CACI, da ACIP; - Criação de novas respostas, ALDAF; - Desporto adaptado, Lousavidas; - Colónias de férias para os clientes do CACI; - Criação de um CAVI – Centro de Apoio à vida independente, a cargo da ACIP; - Criação de respostas para acolhimento na área da saúde mental; - Ações de sensibilização promovidas pelo CACIL; - Aumento das vagas em estruturas residenciais e RNCCI –(Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados) para acolhimento das pessoas cuidadas e descanso dos cuidadores.
ÁREAS DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
MIGRANTES	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de respostas de apoio ao nível da educação, para crianças e jovens migrantes; - Integração no mercado de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adequar o apoio às crianças e jovens migrantes; - Medidas ativas de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> - Balcão do Emigrante - GIP, Gabinete Inserção Profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma equipa municipal de apoio; - Formação profissional para migrantes; - Medidas de apoio ao emprego; - Técnicas de procura ativa de emprego.

ÁREA DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL				
ÁREAS DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
DEPENDÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de consumos de novas substâncias psicoativas e aumento de comportamentos aditivos; - Aumento de Consumos/problemas de saúde mental; - Aumento da dificuldade de socialização e relacionamento interpessoal em consequência do uso abusivo do mundo digital. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de prevenção no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e dos novos comportamentos aditivos; - Intervenção de proximidade e consultas descentralizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - CRI/SICAD - Equipa Comunitária da Saúde Mental de adultos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Gabinete de apoio social e psicológico; - Ações de prevenção e sensibilização na comunidade, para a problemática das dependências através do gabinete de apoio social e psicológico. - Ações de sensibilização e prevenção em ambiente escolar - Alargamento e consolidação de respostas integradas e partilhadas no âmbito do combate/ tratamento do consumo
ÁREAS DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
SAÚDE MENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento significativo dos problemas na área da saúde mental; - Ausência de serviços e proximidade na área da saúde mental; - Dificuldades em encontrar vagas para internamento de pessoas com problemas de saúde mental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de projetos e estruturas comunitárias de apoio à saúde mental; - Criação de programas e equipas de prevenção e promoção da saúde mental; - Aumento das respostas existentes a nível local, descentralização e maior facilidade de acesso. 	<p>CHTS Município Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alargamento da resposta da Equipa Comunitária de Saúde Mental; - Criação de uma Equipa Comunitária Local para crianças e jovens; - Facilitar o acesso a serviços de saúde na área da saúde mental, nomeadamente a consultas e tratamentos; - Capacitação de famílias com filhos com diagnóstico de saúde mental; - Realização de iniciativas no âmbito da educação para a saúde mental ou literacia em saúde mental (ex. Adesão ao programa regional de promoção da literacia em saúde mental em parceria com a Ordem dos Psicólogos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
DISFUNCIONALIDADE E DESESTRUTURAÇÃO INDIVIL E FAMILIAR	<ul style="list-style-type: none"> - Baixas competências parentais, pessoais e sociais em alguns agregados familiares; - Inexistência de equipas multidisciplinares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de centros de apoio familiar e aconselhamento parental. - Educação parental positiva - Acompanhamento e encaminhamento das famílias. 	CAFAP	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças e jovens com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais; - Potenciar competências parentais, pessoais e sociais; - Encaminhar a família e facilitar o acesso aos recursos disponíveis na comunidade.

ÁREA DA EXCLUSÃO ESTRUTURAL

ÁREAS DE ATUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS	INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
			RESPOSTAS SOCIAIS	INTERVENÇÕES SOCIAIS
DESEMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das taxas de desemprego e Instabilidade profissional; - Baixos níveis de qualificação da população ativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação profissional com o objetivo da (re)integração no mercado de trabalho; - Aposta nas qualificações intermédias; - Incentivo à criação de escolas profissionais com estágios internacionais; - Incentivo a formação na área tecnológica qualificada; - Diagnóstico das necessidades de formação das entidades empregadoras do concelho de Lousada 	<p>GIP; Tecido Empresarial de Lousada; Centro de Formação; IEFP.</p>	<p>Ações de sensibilização promovidas pelo GIP, IEFP e pelo CLDS 5G. Encaminhamento para ofertas de emprego. Contrato Emprego Inserção e outras medidas do IEFP.</p> <p>Cursos de formação ao encontro das necessidades, promovidos na Academia de Formação</p> <p>Promoção de estágios profissionais com o tecido empresarial de Lousada.</p>
HABITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de Habitação acessível; - Défice de vagas em habitação social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço de programas de renda apoiada; - Aumento de habitações de arrendamento acessível; - Aumento de Habitação Social. 	<p>Município de Lousada Habitação Social IRHU</p>	<p>Reforço de habitações destinadas ao arrendamento acessível.</p> <p>Apoio ao arrendamento jovem – porta 65- jovem. Apoio à aquisição de habitações próprias permanentes.</p> <p>Alargamento de vagas ao nível da habitação social.</p>

Capítulo VI - Bibliografia

- ACES - Agrupamento de Centros de Saúde. (2021). *Número de utentes inscritos no ACES – Lousada e número de utentes com prescrição de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, por grupo etário e sexo.*
- ACIP – Ave Cooperativa Intervenção Psico-Social, C.R.L., (2024). *Respostas Sociais.*
- CIM Tâmega e Sousa. (2023). *Serviço de Apoio à Vítima.*
- Guarda Nacional Republicana. (2024). *Destacamento Territorial de Felgueiras.*
- IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional. (2024). *Caracterização das inscrições.*
- INE . (2021). *Censos 2021.* Obtido de <https://tabulador.ine.pt/censos2021/>
- INE. (2024). *Estatísticas: População.* Obtido de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1115
- Lousada, C. M. (2024). *Município de Lousada.* Obtido de <https://www.cm-lousada.pt/>
- Município de Lousada. (2024). *RAP - Resposta de Apoio Psicológico.*
- Município de Lousada. (2024). *CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.*
- Município de Lousada. (2024). *ECSM - Equipa Comunitária de Saúde Mental.*
- Município de Lousada. (2024). *Flor-de-Lis.*
- Município de Lousada. (2024). *Gabinete de Apoio ao Emigrante.*
- Ninvest. (2024). *N-Invest visa.* Obtido de <https://www.n-investportugal.pt/>
- OECD, & European Union. (2018). *Health at a Glance: Europe 2018.*
- OECD; European Observatory on Health Systems and Policies. (2023). *Portugal: Perfil de saúde do país 2023, State of Health in the EU. Destaque para a saúde mental, pp. 24-25.*
- ONU. (2024). *Envelhecimento.* Obtido de Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental: <https://unric.org/pt/envelhecimento/>
- Pordata. (2023). *Pordata faz retrato dos jovens entre os 15 e os 24 anos.* Obtido de https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_07_25_pr_jovens_vf.pdf
- PORDATA. (s.d.). <https://www.pordata.pt/>.
- Portal da Habitação. (s.d.). Obtido de <https://www.portaldahabitacao.pt/estrategias-locais-de-habitacao>
- Reis, S., Sousa, P., & Machado, R. (2021). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020.* Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Obtido de <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2017, de 25 de julho. (s.d.). *Diário da República nº 142/2017, Série I de 2017-07-25.*
- Sistema de Informação Multidisciplinar. (2024).

Sistema de Segurança Interna. (2023). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Gabinete do Secretariado.

UNRIC. (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Obtido de <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>